

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	10
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	11
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	11
2. BASE DE PREPARAÇÃO	13
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO	16
4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES	16
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	18
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	18
7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS E TRANSPORTE DE ENERGIA	19
8. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS.....	20
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR	21
10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	21
11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS.....	23
12. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO.....	24
13. INVESTIMENTOS	28
14. IMOBILIZADO.....	38
15. INTANGÍVEIS.....	41
16. FORNECEDORES.....	42
17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	42
18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	43
19. ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	47
20. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	47
21. PROVISÕES.....	48
22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.....	55
23. RECEITA	56
24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	58
25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	62
26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	63
27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	66
28. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO	73
29. SEGMENTOS OPERACIONAIS	75
30. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	77
31. EVENTOS SUBSEQUENTES	78
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.....	79
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO.....	1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	445.758	427.827	397.143	361.252
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	6	460.998	424.046	114.270	273.885
Consumidores e Revendedores	7	724.819	724.939	656.535	676.851
Concessionários - Transporte de Energia	7	62.458	36.690	62.510	36.690
Ativo Financeiro da Concessão	12	388.799	332.763	166.343	13.233
Tributos Compensáveis	8	46.958	55.493	46.822	55.486
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	9	163.167	176.464	163.167	176.464
Transações Com Partes Relacionadas	26	40.730	-	40.730	-
Dividendos a Receber		26.355	11.893	49.027	34.566
Estoques		3.932	4.401	3.932	4.401
Prêmio Repactuação Risco Hidrológico		16.689	16.618	16.689	16.618
Créditos junto à Eletrobrás	19	5.392	48.379	5.392	48.379
Outros Créditos		87.605	90.658	89.783	100.950
TOTAL DO CIRCULANTE		2.473.660	2.350.171	1.812.343	1.798.775
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	6	5.899	13.038	986	8.268
Tributos Compensáveis	8	15.816	14.870	15.816	14.870
Depósitos Vinculados a Litígios	11	240.535	229.294	240.535	229.294
Transações com Partes Relacionadas	26	44.685	74.630	44.685	74.630
Prêmio Repactuação Risco Hidrológico		40.990	46.305	40.990	46.305
Adiantamento a Fornecedores	26	249.256	229.053	249.256	229.053
Ativos de Concessões de Geração	4	1.005.763	206.566	1.005.763	206.566
Outros Créditos		67.234	67.384	67.182	67.332
Ativo Financeiro da Concessão	12	5.076.212	4.755.137	3.005.654	2.820.902
Investimentos	13	5.337.367	5.291.892	8.021.313	7.773.818
Imobilizado	14	2.221.579	3.170.152	2.218.675	3.168.380
Intangíveis	15	33.324	35.752	33.324	35.752
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		14.338.660	14.134.073	14.944.179	14.675.170
TOTAL DO ATIVO		16.812.320	16.484.244	16.756.522	16.473.945

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	18	1.452.222	1.410.782	1.468.054	1.410.782
Debêntures	18	1.577.324	1.845.411	1.589.959	1.853.013
Fornecedores	16	439.587	377.038	417.031	372.704
Imposto de Renda e Contribuição Social		52.326	6.072	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	17	83.951	136.777	76.383	132.863
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	26	605.000	605.000	605.000	605.000
Salários e Encargos Sociais		52.457	52.557	52.453	52.554
Encargos Regulatórios	19	69.710	69.955	67.963	67.377
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado		5.977	3.306	5.977	3.306
Obrigações Pós-Emprego	20	53.052	45.377	53.052	45.377
Concessões a Pagar		2.986	2.977	2.986	2.977
Venda Antecipada de Energia Elétrica	7	263.440	181.200	263.440	181.200
Outras Obrigações		25.948	89.448	25.615	88.146
TOTAL DO CIRCULANTE		4.683.980	4.825.900	4.627.913	4.815.299
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	18	602.612	752.930	602.612	752.930
Debêntures	18	4.510.139	4.624.548	4.514.822	4.626.860
Provisões	21	119.609	105.296	119.594	105.296
Obrigações Pós-Emprego	20	872.070	861.084	872.070	861.084
Impostos, Taxas e Contribuições	17	101.233	101.233	101.233	101.233
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10a	342.564	286.174	340.715	285.529
Encargos Regulatórios	19	143.448	128.068	140.939	126.742
Concessões a Pagar		18.368	19.026	18.368	19.026
Instrumentos Financeiros – Opções de Venda	13	237.775	196.173	237.775	196.173
Outras Obrigações		628	618	587	579
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		6.948.446	7.075.150	6.948.715	7.075.452
TOTAL DO PASSIVO		11.632.426	11.901.050	11.576.628	11.890.751
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	22	1.837.710	1.837.710	1.837.710	1.837.710
Reservas de Lucros		2.476.851	2.474.659	2.476.851	2.474.659
Ajustes de Avaliação Patrimonial		227.073	270.825	227.073	270.825
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		100.000	-	100.000	-
Lucros Acumulados		538.260	-	538.260	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.179.894	4.583.194	5.179.894	4.583.194
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		16.812.320	16.484.244	16.756.522	16.473.945

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais, exceto o lucro (prejuízo) por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
RECEITA	23	3.669.170	3.346.818	3.364.268	3.298.971
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	24				
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(1.714.863)	(1.468.153)	(1.693.189)	(1.468.153)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(166.056)	(147.875)	(149.826)	(147.875)
		(1.880.919)	(1.616.028)	(1.843.015)	(1.616.028)
CUSTO	24				
Pessoal e Administradores		(162.920)	(170.830)	(156.583)	(170.308)
Materiais		(4.222)	(5.735)	(3.456)	(5.724)
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia		(45)	(27)	(45)	(27)
Serviços de Terceiros		(34.763)	(49.486)	(27.576)	(48.990)
Depreciação e Amortização		(83.232)	(91.088)	(83.203)	(91.088)
Provisões (Reversões) Operacionais		(19.806)	(24.761)	(19.791)	(24.761)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão		(7.025)	(31.634)	(7.025)	(31.634)
Outros Custos Operacionais		(12.919)	(4.747)	(11.835)	(4.744)
		(324.932)	(378.308)	(309.514)	(377.276)
CUSTO TOTAL		(2.205.851)	(1.994.336)	(2.152.529)	(1.993.304)
LUCRO BRUTO		1.463.319	1.352.482	1.211.739	1.305.667
DESPESA OPERACIONAL	24				
Despesas com Vendas		-	(868)	-	(868)
Despesas Gerais e Administrativas		(89.271)	(64.431)	(89.271)	(64.431)
Outras Despesas Operacionais		(95.789)	(77.243)	(95.579)	(77.241)
		(185.060)	(142.542)	(184.850)	(142.540)
Resultado de Equivalência Patrimonial	13	14.467	(131.375)	216.488	(86.061)
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e Impostos		1.292.726	1.078.565	1.243.377	1.077.066
Receitas Financeiras	25	84.759	82.811	66.373	82.785
Despesas Financeiras	25	(618.122)	(651.896)	(618.006)	(651.896)
Resultado antes dos Impostos		759.363	509.480	691.744	507.955
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	10b	(172.421)	(28.554)	(106.006)	(27.037)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10b	(56.390)	(170.283)	(55.186)	(170.275)
RESULTADO DO PERÍODO		530.552	310.643	530.552	310.643
Resultado Líquido Básico e Diluído por Ação Ordinária		0,1832	0,1072	0,1832	0,1072

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Abr a Jun/17	Abr a Jun/16	Abr a Jun/17	Abr a Jun/16
RECEITA	23	1.994.887	1.945.756	1.846.575	1.897.909
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	24				
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(980.581)	(807.835)	(961.385)	(807.835)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(84.120)	(73.899)	(75.449)	(73.899)
		<u>(1.064.701)</u>	<u>(881.734)</u>	<u>(1.036.834)</u>	<u>(881.734)</u>
CUSTO	24				
Pessoal e Administradores		(96.756)	(90.986)	(93.402)	(90.464)
Materiais		(2.672)	(4.848)	(2.297)	(4.837)
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia		(6)	(9)	(6)	(9)
Serviços de Terceiros		(23.669)	(30.207)	(18.697)	(29.711)
Depreciação e Amortização		(43.444)	(46.625)	(43.423)	(46.625)
Provisões (Reversões) Operacionais		(11.175)	(12.115)	(11.160)	(12.115)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão		(4.105)	(24.946)	(4.105)	(24.946)
Outros Custos Operacionais		(4.694)	(4.292)	(4.503)	(4.289)
		<u>(186.521)</u>	<u>(214.028)</u>	<u>(177.593)</u>	<u>(212.996)</u>
CUSTO TOTAL		(1.251.222)	(1.095.762)	(1.214.427)	(1.094.730)
LUCRO BRUTO		743.665	849.994	632.148	803.179
DESPESA OPERACIONAL	24				
Despesas (Reversões) com Vendas		-	(1.166)	-	(1.166)
Despesas Gerais e Administrativas		(38.785)	(17.367)	(38.785)	(17.367)
Outras Despesas Operacionais		(20.378)	(39.291)	(20.256)	(39.289)
		<u>(59.163)</u>	<u>(57.824)</u>	<u>(59.041)</u>	<u>(57.822)</u>
Resultado de Equivalência Patrimonial		39.691	18.799	130.757	64.113
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e Impostos		724.193	810.969	703.864	809.470
Receitas Financeiras	25	40.181	40.174	30.073	40.148
Despesas Financeiras	25	(278.230)	(319.390)	(278.178)	(319.390)
Resultado antes dos Impostos		486.144	531.753	455.759	530.228
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	10b	(78.107)	15.708	(48.387)	17.225
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10b	(62.475)	(175.521)	(61.810)	(175.513)
RESULTADO DO PERÍODO		345.562	371.940	345.562	371.940
Resultado Líquido Básico e Diluído por Ação Ordinária		0,1193	0,1284	0,1193	0,1284

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
RESULTADO DO PERÍODO	530.552	310.643	530.552	310.643
Itens que não serão reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	(33.852)	(574)	(33.852)	(574)
	496.700	310.069	496.700	310.069
Itens que poderão ser reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto referente a valor justo de ativo financeiro disponível para venda	-	(90)	-	(90)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	496.700	309.979	496.700	309.979
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	496.700	309.979	496.700	309.979

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/17	Abr a Jun/16	Abr a Jun/17	Abr a Jun/16
RESULTADO DO PERÍODO	345.562	371.940	345.562	371.940
Itens que não serão reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	(50.059)	(574)	(50.059)	(574)
	295.503	371.366	295.503	371.366
Itens que poderão ser reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto referente a valor justo de ativo financeiro disponível para venda	-	(90)	-	(90)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	295.503	371.276	295.503	371.276
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	295.503	371.276	295.503	371.276

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais, exceto dividendos e juros sobre capital próprio por ação)

	Capital Social	Reservas Para Aumento de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	1.837.710	-	2.485.879	360.223	-	4.683.812
Resultado do período	-	-	-	-	310.643	310.643
Outros Resultados Abrangentes						
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	-	-	-	(574)	-	(574)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	(90)	-	(90)
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	(664)	310.643	309.979
Parcela dos dividendos obrigatórios que não será distribuída – reversão de provisão	-	-	202.041	-	-	202.041
Realização de Reserva de Ajustes de avaliação patrimonial – Custo Atribuído	-	-	-	(8.476)	8.476	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016	1.837.710	-	2.687.920	351.083	319.119	5.195.832
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	1.837.710	-	2.474.659	270.825	-	4.583.194
Resultado do período	-	-	-	-	530.552	530.552
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	530.552	530.552
Outros Resultados Abrangentes						
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	-	-	-	(33.852)	-	(33.852)
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	(33.852)	530.552	496.700
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	100.000	-	-	-	100.000
Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	2.192	-	(2.192)	-
Realização de Reservas						
Ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(9.900)	9.900	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017	1.837.710	100.000	2.476.851	227.073	538.260	5.179.894

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado do Período	530.552	310.643	530.552	310.643
Ajustes por:				
Depreciação e Amortização	86.333	94.083	86.304	94.083
Baixas Líquidas de Imobilizado/Intangível/Financeiro	5.581	4.881	5.581	4.881
Equivalência Patrimonial	(14.467)	131.375	(216.488)	86.061
Juros e Variações Monetárias	283.920	(2.463)	434.397	(134.373)
Imposto de Renda e Contribuição Social	228.811	198.837	161.192	197.312
Provisões (Reversões) para Perdas Operacionais	61.407	51.640	61.392	51.640
Obrigações Pós-Emprego	48.895	50.126	48.895	50.126
	<u>1.231.032</u>	<u>839.122</u>	<u>1.111.825</u>	<u>660.373</u>
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	120	317.406	20.316	359.404
Tributos Compensáveis	7.589	(11.792)	7.718	(11.792)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	13.297	(60.061)	13.297	(60.061)
Transporte de Energia	(25.768)	(2.816)	(25.820)	(2.816)
Depósitos Judiciais	(2.499)	(3.017)	(2.499)	(3.017)
Dividendos Recebidos	47.839	65.383	47.840	65.383
Ativo Financeiro	(36.162)	(1.477.907)	(147.390)	(1.336.197)
Adiantamento a Fornecedores	-	(5.141)	-	(5.141)
Outros	50.922	313	59.036	2.379
	<u>55.338</u>	<u>(1.177.632)</u>	<u>(27.502)</u>	<u>(991.858)</u>
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	62.549	36.683	44.327	36.277
Tributos e Contribuição Social	(52.826)	(56.012)	(56.480)	(57.902)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	(20.072)	65.298	(16.690)	65.299
Salários e Contribuições Sociais	(100)	13.746	(101)	13.746
Encargos Regulatórios	15.135	20.365	14.783	20.365
Obrigações Pós-Emprego	(30.234)	(26.683)	(30.234)	(26.683)
Participação nos Lucros	2.671	(23.387)	2.671	(23.387)
Venda Antecipada de Energia Elétrica	57.560	-	57.560	-
Outros	(11.303)	(32.619)	(10.335)	(32.513)
	<u>23.380</u>	<u>(2.609)</u>	<u>5.501</u>	<u>(4.798)</u>
Caixa Gerado nas Operações	1.309.750	(341.119)	1.089.824	(336.283)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(106.095)	(92.336)	(89.316)	(92.336)
Juros Pagos	(409.561)	(273.698)	(409.561)	(275.837)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	794.094	(707.153)	590.947	(704.456)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Em Investimentos - Aporte	(186.231)	(622.934)	(186.231)	(641.450)
No Imobilizado	(9.651)	(14.510)	(8.490)	(14.510)
No Intangível	(331)	(2.214)	(331)	(2.214)
Em Títulos e Valores Mobiliários	(42.514)	1.624.317	177.432	1.624.317
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(238.727)	984.659	(17.620)	966.143

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Empréstimos Obtidos	-	1.965	-	1.965
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos	-	(166.094)	-	(166.094)
Pagamentos de Empréstimos	(637.436)	(7.360)	(637.436)	(7.360)
Aumento de Capital	100.000	-	100.000	-
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDOR PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(537.436)	(171.489)	(537.436)	(171.489)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	17.931	106.017	35.891	90.198
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
No início do período	427.827	283.703	361.252	283.703
No fim do exercício período	445.758	389.720	397.143	373.901
	17.931	106.017	35.891	90.198

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

	Consolidado				Controladora			
	30/06/2017		30/06/2016		30/06/2017		30/06/2016	
RECEITAS								
Venda de Energia e Serviços	4.004.790		3.441.168		3.799.584		3.391.508	
Receita de Construção	7.025		31.634		7.025		31.634	
Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga	150.476		-		-		-	
Investimentos em Imobilizado	8.585		16.874		8.585		16.874	
Receita de Indenização da Transmissão	269.855		592.469		269.855		592.469	
Ajuste para Perdas em Créditos de Liq. Duvidosa	-		(868)		-		(868)	
Outras Receitas	-		26		-		26	
	<u>4.440.731</u>		<u>4.081.303</u>		<u>4.085.049</u>		<u>4.031.643</u>	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.863.640)		(1.611.711)		(1.840.234)		(1.611.711)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(180.800)		(162.731)		(163.300)		(162.731)	
Serviços de Terceiros	(67.835)		(56.133)		(60.639)		(55.637)	
Materiais	(17.141)		(67.534)		(16.376)		(67.523)	
Matéria prima e insumos para Produção de Energia	(49)		(30)		(49)		(30)	
Concessão Onerosa	(1.529)		(1.420)		(1.529)		(1.420)	
Outros Custos Operacionais	(74.335)		(70.461)		(73.426)		(70.459)	
	<u>(2.205.329)</u>		<u>(1.970.020)</u>		<u>(2.155.553)</u>		<u>(1.969.511)</u>	
VALOR ADICIONADO BRUTO	2.235.402		2.111.283		1.929.496		2.062.132	
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização	(86.333)		(94.083)		(86.304)		(94.083)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	2.149.069		2.017.200		1.843.192		1.968.049	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de Equivalência Patrimonial	14.467		(131.375)		216.488		(86.061)	
Receitas Financeiras	84.681		82.811		66.295		82.785	
	<u>99.148</u>		<u>(48.564)</u>		<u>282.783</u>		<u>(3.276)</u>	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	2.248.217		1.968.636		2.125.975		1.964.773	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		%		%		%		%
Empregados	238.539	10,61	209.939	10,67	232.202	10,92	209.416	10,66
Remuneração direta	134.658	5,99	145.678	7,40	128.321	6,04	145.155	7,39
Benefícios	57.860	2,57	54.269	2,76	57.860	2,72	54.269	2,76
FGTS	8.405	0,37	9.992	0,51	8.405	0,40	9.992	0,51
Programa de Desligamento de Empregados	37.616	1,67	-	-	37.616	1,77	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	853.174	37,95	785.501	39,90	737.686	34,70	782.161	39,81
Federais	566.284	25,19	523.312	26,58	467.504	21,99	519.974	26,47
Estaduais	285.252	12,69	260.956	13,26	268.544	12,63	260.954	13,28
Municipais	1.638	0,07	1.233	0,06	1.638	0,08	1.233	0,06
Remuneração de Capitais de Terceiros	625.952	27,84	662.553	33,65	625.535	29,43	662.553	33,72
Juros	618.044	27,49	651.896	33,11	617.928	29,07	651.896	33,18
Aluguéis	7.908	0,35	10.657	0,54	7.607	0,36	10.657	0,54
Remuneração de Capitais Próprios	530.552	23,60	310.643	15,78	530.552	24,95	310.643	15,81
Lucros (Prejuízos) Acumulados	530.552	23,60	310.643	15,78	530.552	24,95	310.643	15,81
	<u>2.248.217</u>	<u>100,00</u>	<u>1.968.636</u>	<u>100,00</u>	<u>2.125.975</u>	<u>100,00</u>	<u>1.964.773</u>	<u>100,00</u>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia” ou “Cemig GT”) é uma Sociedade Anônima de Capital Aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

A Companhia tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Geração, Transmissão e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

A Companhia possui participação em 63 usinas, sendo 58 usinas hidrelétricas, 3 eólicas, 1 termelétrica e 1 solar e linhas de transmissão pertencentes, na maior parte, à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão, com capacidade instalada de 7.776 MW (informações não auditadas pelos auditores independentes).

A Companhia assumiu um valor significativo de dívida para financiar os gastos de capital necessários para cumprir os objetivos de crescimento de longo prazo. Em 30 de junho de 2017, o passivo circulante consolidado da Cemig GT excedeu o ativo circulante consolidado em R\$2.210.320. Em 30 de junho de 2017, os empréstimos e financiamentos e debêntures, de curto e longo prazo, consolidados da Cemig GT totalizaram R\$3.029.546 e R\$5.112.751, respectivamente. A Companhia apresentou fluxo de caixa operacional consolidado positivo no valor de R\$794.094 no primeiro semestre de 2017 e negativo de R\$707.153 no mesmo período de 2016.

Em 30 de junho de 2017 o passivo circulante da controladora excedeu o ativo circulante em R\$2.815.570. Em 30 de junho de 2017, os empréstimos e financiamentos e debêntures, de curto e longo prazo, da Cemig GT controladora totalizaram R\$3.058.013 e R\$5.117.434, respectivamente. A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de

sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades. A controladora apresentou fluxo de caixa operacional positivo no valor de R\$590.947 no primeiro semestre de 2017 e negativo de R\$704.456 no mesmo período de 2016.

O volume substancial de dívida da Cemig GT poderia afetar, negativamente, os negócios, a condição financeira e o resultado das operações. De forma mais específica, a Cemig GT está sujeita a determinadas restrições sobre a sua capacidade de captar recursos de terceiros, o que pode impedir a Companhia de celebrar novos contratos para o financiamento das suas operações, ou para o refinanciamento das obrigações existentes, e que pode afetar adversamente seus negócios, resultados operacionais e situação financeira, conforme segue:

- Com relação aos empréstimos de terceiros: (i) na condição de empresa estatal, a CEMIG GT está sujeita a regras e limites relacionados ao nível de crédito aplicável ao setor público, inclusive as regras estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil (BACEN); e (ii) uma vez que a Companhia opera no setor elétrico, está sujeita também às regras e aos limites estabelecidos pela Aneel que abordam o endividamento de empresas do setor elétrico. Adicionalmente, (iii) as empresas estatais podem usar os recursos provenientes das transações com bancos comerciais apenas para refinarçar obrigações financeiras, ou em transações garantidas por duplicatas.
- Outra regra em vigor é a exigência de aprovação de determinadas operações financeiras internacionais pelo Tesouro Nacional (que faz parte do Ministério da Fazenda) e pelo Banco Central antes da sua execução; essa aprovação é normalmente concedida se o objetivo da operação for financiar a importação de mercadorias ou rolar a dívida estrangeira apenas. O objetivo dessas regras é impor limites sobre a capacidade de endividamento da Companhia.
- A Cemig GT está sujeita às cláusulas restritivas constantes dos seus contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures. Em caso de descumprimento de uma obrigação nos termos do contrato de financiamento, a Companhia deverá reforçar as garantias do financiamento, sob pena de vencimento antecipado do contrato. Qualquer evento de inadimplemento nos nossos instrumentos financeiros poderia levar os credores a fazer com que todos os valores relacionados àquela dívida se tornem imediatamente devidos. O vencimento antecipado das dívidas poderia ter efeito adverso relevante sobre a situação financeira da Companhia, e poderia também resultar na ativação das cláusulas de *cross-default* em outros instrumentos financeiros. Em caso de inadimplemento, os fluxos de caixa da Companhia poderiam ser insuficientes para liquidar completamente a dívida ou para cumprir o serviço dessas dívidas.
- As agências de classificação de risco de crédito atribuem uma nota ao Brasil, à Companhia e aos seus títulos da dívida a nível Brasil e também atribuem uma nota à Companhia a nível global. Se houver rebaixamento das notas devido a qualquer fator

externo, ao desempenho operacional ou ao alto nível da dívida, o custo do capital poderá aumentar.

Para fins de amortização dos vencimentos programados da dívida, a Cemig GT deverá captar valores significativos de capital de terceiros através de uma ampla variedade de fontes de financiamento. Para fins de cumprimento do serviço da dívida da Companhia após atingir nossas metas de investimentos, a Cemig GT dependeu, e pode continuar a depender, de uma combinação de fluxos de caixa gerados pelas atividades operacionais, reduções nas nossas linhas de crédito disponíveis, saldo do caixa e aplicações financeiras e contratação de dívidas adicionais.

A Cemig GT possui diversas iniciativas para aumentar a liquidez através da celebração de novos contratos de financiamento ou refinanciamento das obrigações existentes e possível alienação de ativos.

Apesar da Cemig GT estar com alavancagem significativa, a Companhia espera que os saldos de caixa corrente, a liquidez da linha de crédito rotativo, o caixa gerado pelas iniciativas descritas acima, e o fluxo de caixa das atividades operacionais sejam suficientes para atender o capital de giro, os investimentos, o serviço da dívida, e outras necessidades de caixa do próximo exercício. A Administração acredita que seus planos serão bem-sucedidos.

Se, por qualquer razão, a Cemig GT apresentar dificuldades em obter financiamentos, isto poderá comprometer suas condições para realizar investimentos nos montantes necessários para manter o atual nível de investimentos ou seus objetivos de longo prazo e poderá comprometer suas condições de pagamento no prazo das obrigações financeiras de principal e juros junto aos seus credores, considerando que o fluxo de caixa advindo das suas operações seria insuficiente para cobrir o seu programa de investimentos e todo o seu serviço da dívida. Uma redução no programa de investimentos ou a venda de ativos poderá afetar de forma significativa o resultado das suas operações.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a Norma Internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

A Companhia optou por apresentar as Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas em um único conjunto, por não existir diferença entre os

patrimônios líquidos e os resultados dos períodos das Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas.

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis Anuais em 31 de dezembro de 2016. Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Contábeis, aprovadas pelo Conselho de Administração em 11 de abril de 2017.

A Administração declara que todas as informações relevantes, próprias das Informações Contábeis Intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 11 de agosto de 2017, a Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão destas Informações Contábeis Intermediárias.

2.2 Correlação entre Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais Completas e as Informações Contábeis Intermediárias

Segue abaixo a correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais Consolidadas de 31 de dezembro de 2016 e as Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas de 30 de junho de 2017.

A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao resultado no semestre findo em 30 de junho de 2017 estão apresentadas nestas Informações Contábeis Intermediárias, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Número das Notas Explicativas		Título das Notas Explicativas
31/12/2016	30/06/2017	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
3	3	Princípios da Consolidação
4	4	Das Concessões e Autorizações
5	29	Segmentos Operacionais
6	5	Caixa e Equivalentes De Caixa
7	6	Títulos e Valores Mobiliários
8	7	Consumidores e Revendedores
9	8	Tributos e Contribuições Compensáveis
10	9	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar
11	10	Imposto de Renda e Contribuição Social
12	11	Depósitos Vinculados a Litígios
13	12	Ativos Financeiros da Concessão
14	13	Investimentos
15	14	Imobilizado
16	15	Intangíveis
17	16	Fornecedores
18	17	Impostos, Taxas e Contribuições
19	18	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
20	19	Encargos Regulatórios
21	20	Obrigações Pós-Emprego
22	22	Provisões
23	22	Patrimônio Líquido
24	23	Receita
25	24	Custos e Despesas Operacionais
26	25	Receitas e Despesas Financeiras
27	26	Transações com Partes Relacionadas
28	27	Instrumentos Financeiros e Gestão De Riscos
29	28	Mensuração Pelo Valor Justo
32	30	Transações Não Envolvendo Caixa
33	31	Eventos Subsequentes

As Notas Explicativas do relatório anual de 2016 que foram suprimidas nas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações intermediárias são as seguintes:

Número das notas	Título das Notas Explicativas
30	Seguros
31	Obrigações Contratuais

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das Informações Contábeis Intermediárias das sociedades controladas e controladas em conjunto utilizadas para cálculo de consolidação e equivalência patrimonial coincidem com as da Companhia.

A partir de 1º de junho de 2016, a Companhia passou a apresentar as suas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas com a inclusão das suas subsidiárias integrais constituídas, conforme segue:

Sociedades Controladas	Forma de Avaliação	30/06/2017
		Participação Direta (%)
Cemig Baguari	Consolidação	100,00
Cemig Geração Três Marias S.A.	Consolidação	100,00
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Consolidação	100,00
Cemig Geração Itutinga S.A.	Consolidação	100,00
Cemig Geração Camargos S.A.	Consolidação	100,00
Cemig Geração Sul S.A.	Consolidação	100,00
Cemig Geração Leste S.A.	Consolidação	100,00
Cemig Geração Oeste S.A.	Consolidação	100,00

4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

Renovação das concessões das Usinas Hidrelétricas de Jaguará, São Simão, Miranda e Volta Grande

As Usinas Hidrelétricas de Jaguará, São Simão e Miranda encontram-se com seus contratos de concessões (Contrato de Concessão 007/97) vencidos. A Companhia por entender que tem direito à renovação dessas concessões com base nos termos originais dos Contratos de Concessão ingressou com medidas administrativas e judiciais requerendo a renovação/prorrogação das concessões da Usina Hidrelétrica de Jaguará (“Usina Jaguará”), Usina Hidrelétrica de São Simão (“Usina São Simão”) e da Usina Hidrelétrica Miranda (Usina Miranda). Entretanto estes requerimentos foram indeferidos pelo Ministério das Minas e Energia (“MME”) que entendeu que a solicitação foi feita de forma intempestiva em relação aos prazos e/ou regras definidas na Lei nº 12.783/13.

Como parte da discussão judicial, em março de 2017, as liminares que mantinham a Cemig GT na titularidade da concessão das usinas sob as bases iniciais do Contrato de Concessão 007/97, foram revogadas.

Até a data de revogação das liminares de cada uma das usinas, a Companhia reconheceu as receitas de vendas de energia e custos operacionais das usinas, tendo em vista que permaneceu no controle do ativo até essa data. A partir desta data, a Companhia cessou o reconhecimento das despesas de depreciação das usinas e passou a reconhecer as receitas referentes a prestação de serviços de operação e manutenção das referidas usinas, de acordo com o regime de quotas.

Em 30 de junho de 2017, o saldo ainda não amortizado das concessões das Usinas Jaguara, São Simão e Miranda nos valores contábeis de R\$169.822, R\$206.566 e R\$629.375, respectivamente, encontram-se classificados na rubrica Ativos de Concessões de Geração, considerando que ainda estão em discussão judicial. A Companhia não espera perdas na realização destes ativos.

O julgamento no STF do processo em que a Cemig GT pleiteia a renovação das concessões está previsto para ocorrer em 22 de agosto de 2017. A Administração da Companhia permanece confiante em seu direito com relação às usinas de Jaguara, São Simão e Miranda, amparada em cláusula contratual, na legislação em vigor, e em pareceres emitidos por juristas de renome. A possibilidade de êxito nas discussões judiciais foi considerada possível, pelos assessores legais internos e externos da Companhia.

Enquanto as discussões judiciais estão em andamento, o Ministério de Minas e Energia designou a Companhia como responsável, em caráter temporário, pela prestação do serviço de geração de energia elétrica da UHE Jaguara e UHE Miranda, de forma a garantir a continuidade do serviço. O custo da Gestão dos Ativos de Geração (GAG) das usinas UHE Jaguara e UHE Miranda, nos montantes de R\$36.635 e R\$ R\$29.645 respectivamente por ano, serão utilizados para a definição da Receita Anual de Geração (RAG) inicial das usinas.

Adicionalmente a Companhia protocolizou resposta junto ao MME acerca do interesse em permanecer como prestadora do serviço de geração de energia após o termo final da concessão da UHE Volta Grande, que ocorreu em 23 de fevereiro de 2017. Neste sentido, a Portaria MME nº79, de 2 de março de 2017, estabeleceu o Custo da Gestão dos Ativos de Geração – GAG, pelo regime de cotas, ao qual a Companhia tem direito por operar e manter a usina, em caráter temporário a partir de 24 de fevereiro de 2017 no valor de R\$ 30.356, por ano, a preços de janeiro de 2017.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Contas Bancárias	4.175	2.862	1.397	2.811
Aplicações Financeiras:				
Certificados de Depósitos Bancários	411.072	269.538	389.325	259.869
Overnight	28.923	155.427	4.834	98.572
Outros	1.588	-	1.587	-
	441.583	424.965	395.746	358.441
	445.758	427.827	397.143	361.252

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB são remunerados a um percentual do CDI, Certificado de Depósito Inter-bancário, divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP que variam entre 72% a 106% conforme operação (75% a 106% em 31 de dezembro de 2016). As operações compromissadas afirmam, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo Banco, a vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente, a critério do cliente.

As operações de *overnight* consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada de 10,14% (13,64% em 31 de dezembro de 2016) e têm o objetivo de liquidar obrigações dos cotistas do Fundo ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia a risco de taxas de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 27 das Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Certificados de depósitos bancários	64.624	26.967	47.784	21.931
Letras Financeiras – Bancos	275.557	311.814	46.058	197.752
Letras Financeiras do Tesouro	114.984	81.063	19.219	51.410
Debêntures	11.451	16.892	1.914	10.713
Outros	281	348	281	347
	466.897	437.084	115.256	282.153
Ativo Circulante	460.998	424.046	114.270	273.885
Ativo Não Circulante	5.899	13.038	986	8.268

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 100,5% a 111% em 30 de junho de 2017 (100,5% a 111% em 31 de dezembro 2016), conforme operação.

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a

carteira da Cemig GT possuem taxa de remuneração que variam entre 102% a 112% do CDI em 30 de junho de 2017 (104,25% a 112,7% em 31 de dezembro de 2016).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre 103% a 128% do CDI em 30 de junho de 2017 (104,25% a 113% em 31 de dezembro de 2016).

A classificação destes títulos e valores mobiliários está apresentada na Nota Explicativa nº 27. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na Nota Explicativa nº 26.

7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS E TRANSPORTE DE ENERGIA

	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Consolidado		Controladora	
				30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Industrial	126.335	92.343	45.932	264.610	337.693	374.254	337.693
Comércio, Serviços e Outras	29.555	5.340	116	35.011	25.317	35.011	25.317
Suprimento a Outras Concessionárias	266.875	85.475	9.293	361.643	365.467	183.715	317.379
Concessionários – Transp. de Energia	29.699	25.140	7.619	62.458	36.690	62.510	36.690
Câmara Comerc. Energia Elétrica - CCEE	184	67.312	168	67.664	571	67.664	571
Perdas em Créditos de Liq. Duvidosa	-	-	(4.109)	(4.109)	(4.109)	(4.109)	(4.109)
	452.648	275.610	59.019	787.277	761.629	719.045	713.541
Ativo Circulante				787.277	761.629	719.045	713.541
Consumidores e Revendedores				724.819	724.939	656.535	676.851
Concessionários – Transp. Energia				62.458	36.690	62.510	36.690

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº 27 das Informações Contábeis Intermediárias.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua movimentação é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.244	4.244
Constituição de Provisão	868	868
Saldo em 30 de junho de 2016	5.112	5.112
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.109	4.109
Constituição/Reversão de Provisão	-	-
Saldo em 30 de junho de 2017	4.109	4.109

Venda Antecipada de Energia Elétrica

A Cemig GT realizou operações de antecipação de venda de energia, com determinados clientes, tendo recebido os montantes de R\$181.200 e R\$142.601, antecipadamente, referente à quantidade de energia contratada para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017 e de 1º de julho a 31 de dezembro de 2017, respectivamente. O saldo devedor, em 30 de junho de 2017, é de R\$263.440, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2016	181.200	181.200
Adição	142.601	142.601
Realização	(85.041)	(85.041)
Atualização Financeira	24.680	24.680
Saldo em 30 de junho de 2017	263.440	263.440

8. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Circulante				
ICMS a Recuperar	33.130	43.575	32.994	43.569
COFINS	3.358	3.356	3.358	3.356
PASEP	696	695	696	695
Outros	9.774	7.867	9.774	7.866
	46.958	55.493	46.822	55.486
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	15.211	13.869	15.211	13.869
COFINS	503	172	503	172
PASEP	102	829	102	829
	15.816	14.870	15.816	14.870
	62.774	70.363	62.638	70.356

Os créditos de PIS/PASEP e COFINS são decorrentes principalmente de aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível, que podem ser compensados em 48 meses.

Os créditos de ICMS a Recuperar, registrados no Ativo Não Circulante, são decorrentes de aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível, e podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o Não Circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados até 30 de junho de 2018.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações que serão compensadas com Tributos Federais a pagar a serem apurados.

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Circulante				
Imposto de Renda	106.916	118.500	106.916	118.500
Contribuição Social	56.251	57.964	56.251	57.964
	163.167	176.464	163.167	176.464

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Cemig GT e suas controladas possuem créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais/ base negativa e diferenças temporárias, à alíquota de 25% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
ATIVO				
Obrigações Pós-Emprego	256.395	247.771	256.395	247.771
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.397	1.397	1.397	1.397
Provisões	373.549	361.814	373.549	361.814
Tributos com Exigibilidade Suspensa	25.309	25.308	25.309	25.308
Concessão Onerosa	8.151	8.262	8.151	8.262
Outros	2.632	1.734	2.633	1.734
	667.433	646.286	667.434	646.286
PASSIVO				
Custo Atribuído	(240.115)	(245.214)	(240.115)	(245.214)
Ganho na Indenização sobre Ativos de Transmissão	(608.646)	(516.895)	(608.646)	(516.895)
Custo Aquisição Participações Societárias	(141.269)	(145.572)	(141.269)	(145.572)
Tributos s/ Rendimentos de Aplicação Financeira não Resgatada	(1.848)	-	-	-
Outros	(18.119)	(24.779)	(18.119)	(24.134)
	(1.009.997)	(932.460)	(1.008.149)	(931.815)
Total do Passivo Líquido Apresentado no Balanço Patrimonial	(342.564)	(286.174)	(340.715)	(285.529)

A movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(286.174)	(285.529)
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	(56.390)	(55.186)
Saldo em 30 de junho de 2017	(342.564)	(340.715)

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na Demonstração de Resultado é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Resultado Antes dos Impostos	759.363	509.480	691.744	507.955
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(258.183)	(173.223)	(235.193)	(172.705)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Incentivos Fiscais	4.331	1.052	3.649	1.052
Resultado de Equivalência Patrimonial	(5.735)	(40.365)	62.952	(24.958)
Ganho na Diluição de Participação Societária	7.686	-	7.686	-
Multas Dedutíveis	(71)	-	(71)	-
Contribuições e Doações Indedutíveis	(319)	(429)	(149)	(429)
Créditos Fiscais Não Reconhecidos	-	(259)	-	(259)
Diferença Base de Cálculo - Lucro Presumido X Lucro real	23.525	14.400	-	-
Outros	(45)	(13)	(66)	(13)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	(228.811)	(198.837)	(161.192)	(197.312)
Imposto Corrente	(172.421)	(28.554)	(106.006)	(27.037)
Imposto Diferido	(56.390)	(170.283)	(55.186)	(170.275)
	(228.811)	(198.837)	(161.192)	(197.312)
Alíquota Efetiva	30,13%	39,03%	23,30%	38,84%

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2017	Abr a Jun/2016	Abr a Jun/2017	Abr a Jun/2016
Resultado Antes dos Impostos	486.144	531.753	455.759	530.228
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(165.289)	(180.796)	(154.958)	(180.278)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Incentivos Fiscais	2.674	(2.026)	1.992	(2.026)
Resultado de Equivalência Patrimonial	4.325	8.543	35.288	23.950
Ganho na Diluição de Participação Societária	7.686	-	7.686	-
Multas Indedutíveis	(15)	-	(15)	-
Contribuições e Doações Indedutíveis	(107)	(118)	(111)	(117)
Diferença Base de Cálculo - Lucro Presumido X Lucro real	10.212	14.400	-	-
Créditos Fiscais não Reconhecidos	-	188	-	189
Outros	(68)	(4)	(79)	(6)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	(140.582)	(159.813)	(110.197)	(158.288)
Imposto Corrente	(78.107)	15.708	(48.387)	17.225
Imposto Diferido	(62.475)	(175.521)	(61.810)	(175.513)
	(140.582)	(159.813)	(110.197)	(158.288)
Alíquota Efetiva	28,92%	30,05%	24,18%	29,85%

11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e obrigações fiscais.

Os principais Depósitos Vinculados a Litígio, relativos às obrigações fiscais, referem-se ao Imposto de Renda na Fonte sobre Juros sobre Capital Próprio e ao PASEP/COFINS – referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP e COFINS.

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Trabalhistas	30.228	28.476	30.228	28.476
Fiscais				
Imposto de Renda sobre Juros sobre Capital Próprio (JCP)	14.270	14.099	14.270	14.099
PASEP/COFINS (1)	101.233	101.233	101.233	101.233
IR/CS - Indenização do Anuênio (2)	61.803	60.126	61.803	60.126
Outros	21.360	14.467	21.360	14.467
	198.666	189.925	198.666	189.925
Outros				
Bloqueio Judicial	329	120	329	120
Regulatórios	3.399	3.213	3.399	3.213
Outros	7.913	7.560	7.913	7.560
	11.641	10.893	11.641	10.893
	240.535	229.294	240.535	229.294

(1) Os saldos de depósitos judiciais, relativos à PASEP/COFINS, referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP/COFINS, possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 17.

(2) Ver detalhes na nota explicativa nº 21 – Provisões (Indenização do Anuênio)

12. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Os saldos dos ativos financeiros são como segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Transmissão - Indenização a Receber	2.075.085	1.805.230	2.075.085	1.805.230
Transmissão – Ativos Remunerados por tarifa	480.036	482.281	480.036	482.281
Geração – indenização a receber	616.876	546.624	616.876	546.624
Geração – Bonificação de outorga	2.293.014	2.253.765	-	-
	5.465.011	5.087.900	3.171.997	2.834.135
Circulante	388.799	332.763	166.343	13.233
Não Circulante	5.076.212	4.755.137	3.005.654	2.820.902

A movimentação dos ativos financeiros é como segue:

	Consolidado			Controladora		
	Geração	Transmissão	Total	Geração	Transmissão	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	546.424	1.501.441	2.047.865
Saldo Inicial Para Fins de Consolidação	546.424	1.501.441	2.047.865	-	-	-
Adição	534	53.823	54.357	534	53.823	54.357
Adição - Bonificação Outorga	2.216.353	-	2.216.353	2.216.353	-	2.216.353
Atualização Financeira	351.733	751.101	1.102.834	167.470	751.101	918.571
Recebimentos	(314.321)	(15.482)	(329.803)	(128.796)	(15.482)	(144.278)
Baixas	-	(2.943)	(2.943)	-	(2.943)	(2.943)
Transferências Imobilizado X Financeiro X Intangível	(334)	(429)	(763)	(334)	(429)	(763)
Transferência da Bonificação de Outorga para as SPE's	-	-	-	(2.255.027)	-	(2.255.027)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.800.389	2.287.511	5.087.900	546.624	2.287.511	2.834.135
Adição	-	156.280	156.280	-	156.280	156.280
Atualização Financeira	150.477	120.600	271.077	-	120.600	120.600
Recebimentos	(111.228)	(8.890)	(120.118)	-	(8.890)	(8.890)
Baixas	-	(380)	(380)	-	(380)	(380)
Transferência para ativos financeiros da concessão - Indenização Usina não Renovada - UHE Volta Grande	70.252	-	70.252	70.252	-	70.252
Saldo em 30 de junho de 2017	2.909.890	2.555.121	5.465.011	616.876	2.555.121	3.171.997

Indenização a Receber - Transmissão

Os contratos de concessão de transmissão da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRC 12), que trata de contabilização dos contratos de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização pelo Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão.

A Resolução Normativa ANEEL nº 589, de 10 de dezembro de 2013, definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão, para fins de indenização.

Em 16 de agosto de 2016 a ANEEL, através do Despacho nº 2.181, homologou o valor de R\$892.050, na data base de dezembro de 2012, correspondente à parcela dos ativos reversíveis ainda não amortizados para fins de indenização à Cemig GT.

Em 22 de abril de 2016 o Ministério de Minas e Energia – MME publicou a Portaria MME nº 120 definindo o prazo e a forma para pagamento do valor remanescente da indenização.

A Portaria determinou que os valores homologados pela ANEEL passem a compor a Base de Remuneração Regulatória e que o custo de capital seja adicionado às respectivas Receitas Anuais Permitidas (“RAP”).

As parcelas de remuneração e depreciação não pagas desde as prorrogações das concessões até o processo tarifário de 2017 deverão ser atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e remuneradas pelo custo do capital próprio, real, do segmento de transmissão definido pela ANEEL nas metodologias de Revisão Tarifária Periódica das Receitas das Concessionárias Existentes, atualmente 10,44% ao ano, a ser pago pelo prazo de 8 anos com ressarcimento pela RAP.

Ajuste da BRR dos ativos de transmissão – Nota Técnica Aneel nº 183/2017.

Nos processos de revisão tarifária da Cemig GT, homologados em 23 de junho de 2009 (com efeitos retroativos a 1º de julho de 2005) e em 08 de junho de 2010 (com efeitos retroativos a 1º de julho de 2009), alguns cabos condutores, objeto de pleito da Companhia, não estavam incluídos no cálculo tarifário, sendo que a mesma pleiteava a inclusão desses ativos na Base de Remuneração de Ativos e, por consequência, o cálculo retroativo dos valores não considerados nas revisões tarifárias anteriores.

A Aneel julgou devido o pleito da Companhia e calculou as diferenças entre os valores de receita homologados nas revisões tarifárias acima mencionados e os novos valores calculados pela inclusão dos referidos condutores para o período compreendido entre julho de 2005 e dezembro de 2012 e foram atualizadas, tendo sido apurado o valor total de R\$149.255, a preços de junho de 2017, a ser recebido pela Cemig GT durante os próximos doze meses.

Indenização dos ativos de transmissão - liminar obtida por consumidores industriais

Em 10 de abril de 2017, foi concedida tutela antecipada em favor da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Livres, da Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro e da Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silício Metálico no âmbito do processo judicial promovido por essas entidades em face da Aneel e da União visando a suspensão dos efeitos sobre as suas tarifas do pagamento da indenização dos ativos de transmissão devidos aos agentes do setor elétrico que fizeram a adesão aos termos da Lei 12.783/13.

A tutela antecipada foi em caráter parcial, com efeitos relacionados a suspensão da inclusão nas tarifas dos consumidores dessas Associações da parcela da indenização correspondente a remuneração do custo do capital próprio incorporado desde a prorrogação das concessões.

A Companhia tem a expectativa de realização integral dos créditos a receber referente a indenização dos ativos de transmissão e apurou os seguintes valores como indenização:

Base de Remuneração Regulatória - BRR - Despacho nº2.181/2016	1.177.488
Valor da Indenização já recebido	(285.438)
Valor Líquido dos Bens para Fins de Indenização	892.050
Atualização Portaria MME nº120/16 - IPCA/Custo Capital Próprio - Período 01/2013 a 09/2016	1.033.780
Ajuste da BRR dos Ativos de Transmissão - Nota Técnica Aneel nº 183/2017	149.255
Total em 30/06/2017	2.075.085

Transmissão – Ativos Remunerados por tarifa

Para os novos ativos de melhorias e reforços implantados pelas concessionárias de transmissão, a ANEEL calcula parcela adicional de Receita Anual Permitida – RAP, conforme metodologia definida nos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET.

De acordo com o PRORET, a receita estabelecida nas Resoluções é devida às transmissoras a partir da data da entrada em operação comercial do empreendimento. Nos períodos entre revisões as receitas associadas às melhorias e aos reforços têm caráter provisório, sendo redefinidas no processo de revisão subsequente à entrada em operação comercial do empreendimento, com efeitos retroativos à data de entrada em operação comercial do reforço ou melhoria.

Indenização a Receber - Geração

Em julho de 2015, ocorreu o término do Contrato de Concessão nº 007/97 para diversas usinas operadas pela Companhia. A partir do término da concessão, a Companhia passou a ter direito a indenização dos ativos ainda não amortizados, conforme previsto no contrato de concessão mencionado. Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos, incluindo o Custo Atribuído (“*Deemed Cost*”), foram transferidos do Imobilizado para o Ativo Financeiro na data do término da concessão e montam R\$616.876, em 30 de junho de 2017 (R\$546.624 em 31 de dezembro de 2016).

Central Geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Histórico	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Atribuído
UHE Três Marias	jul/15	396	71.694	413.450
UHE Salto Grande	jul/15	102	10.835	39.379
UHE Itutinga	jul/15	52	3.671	6.589
UHE Camargos	jul/15	46	7.818	23.095
PCH Piau	jul/15	18,01	1.531	9.005
PCH Gafanhoto	jul/15	14	1.232	10.262
PCH Peti	jul/15	9,4	1.346	7.871
Dona Rita	set/13	2,41	534	534
PCH Tronqueiras	jul/15	8,5	1.908	12.323
PCH Joasal	jul/15	8,4	1.379	7.622
PCH Martins	jul/15	7,7	2.132	4.041
PCH Cajuru	jul/15	7,2	3.576	4.252
PCH Paciência	jul/15	4,08	728	3.936
PCH Marmelos	jul/15	4	616	4.265
UHE Volta Grande	fev/17	380	25.621	70.252
		1.060	134.621	616.876

Conforme previsto na Resolução Normativa ANEEL 615/2014, os laudos de indenização dos ativos a serem indenizáveis foram entregues à ANEEL em dezembro de 2015, inclusive o da Usina de Volta Grande, cujo contrato de concessão venceu em 23 de fevereiro de 2017. A Companhia não espera perdas na realização deste ativo.

Do término do contrato de concessão e até 04 de janeiro de 2016, as usinas passaram a ser operadas pela Companhia em regime de cotas, com remuneração por tarifa apenas para cobrir custos de operação e manutenção dos ativos. A partir de 05 de janeiro de 2016, com a assinatura dos respectivos Contratos de Concessão, os ativos passaram a ser operados em conformidade aos termos do Leilão vencido pela Cemig GT em 25 de novembro de 2015, conforme descrito a seguir:

Bonificação por outorga – Concessões de geração

Em junho de 2016 os Contratos de Concessão nº 08 ao 16/2016, referentes a 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015, vencido pela Cemig GT, tiveram as suas titularidades transferidas para as respectivas Sociedades de Propósitos Específicos – SPE's, subsidiárias integrais da Cemig GT, conforme demonstrado a seguir:

	Saldo em 31/12/2016	Atualização	Recebimento	Saldo em 30/06/2017
Cemig Geração Três Marias S.A.	1.283.197	80.959	(59.763)	1.304.393
Cemig Geração Salto Grande S.A.	402.639	25.530	(18.847)	409.322
Cemig Geração Itutinga S.A.	149.904	10.825	(8.013)	152.716
Cemig Geração Camargos S.A.	112.447	8.060	(5.965)	114.542
Cemig Geração Sul S.A.	146.553	11.320	(8.393)	149.480
Cemig Geração Leste S.A.	99.315	8.573	(6.373)	101.515
Cemig Geração Oeste S.A.	59.710	5.210	(3.874)	61.046
Total	2.253.765	150.477	(111.228)	2.293.014

A bonificação pela outorga por 30 anos de concessão das 18 usinas foi de R\$2.216.353, sendo que 65% foram pagos em 04 de janeiro de 2016 e o valor restante de R\$775.724, correspondente a 35%, foi pago em 1º de julho de 2016, no montante de R\$827.921, atualizado pela taxa SELIC. O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão.

Em 2016, toda a energia das usinas foi comercializada no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”) no Sistema de Cota de Garantia Física. A partir de 2017, a energia passou a ser comercializada na proporção de 70% no ACR e 30% no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Quanto à Usina de Volta Grande a Portaria MME nº79, de 2 de março de 2017, estabeleceu o Custo da Gestão dos Ativos de Geração – GAG, pelo regime de cotas, ao qual a Companhia tem direito por operar e manter a usina, em caráter temporário a partir de 24 de fevereiro de 2017, conforme mencionado na nota explicativa nº 4.

13. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta os investimentos em controladas e controladas em conjunto.

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Hidrelétrica Cachoeirão	54.166	50.411	54.166	50.411
Guanhães Energia	17.489	-	17.489	-
Hidrelétrica Pipoca	33.241	31.809	33.241	31.809
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	595.257	643.890	595.257	643.890
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	634.665	677.182	634.665	677.182
Lightger	44.431	41.543	44.431	41.543
Baguari Energia	168.884	162.106	168.884	162.106
Central Eólica Praias Parajuru	61.776	63.307	61.776	63.307
Central Eólica Volta do Rio	77.174	81.228	77.174	81.228
Central Eólica Praias de Morgado	56.756	59.586	56.756	59.586
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	563.451	527.498	563.451	527.498
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	843.157	781.022	843.157	781.022
Aliança Geração	1.306.522	1.319.055	1.306.522	1.319.055
Retiro Baixo	168.290	161.848	168.290	161.848
Renova	709.326	688.625	709.326	688.625
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	2.782	2.782	2.782	2.782
Cemig Baguari	-	-	48	55
Cemig Geração Três Marias S.A.	-	-	1.490.190	1.399.282
Cemig Geração Salto Grande S.A.	-	-	471.372	440.148
Cemig Geração Itutinga S.A.	-	-	187.470	167.962
Cemig Geração Camargos S.A.	-	-	141.732	125.995
Cemig Geração Sul S.A.	-	-	184.463	165.133
Cemig Geração Leste S.A.	-	-	130.049	113.976
Cemig Geração Oeste S.A.	-	-	78.622	69.375
Total do Investimento	5.337.367	5.291.892	8.021.313	7.773.818
Guanhães – passivo a descoberto de controlada em conjunto	-	(59.071)	-	(59.071)
Total	5.337.367	5.232.821	8.021.313	7.714.747

As investidas da Companhia que não são consolidadas referem-se a controladas em conjunto, com exceção da participação na usina de Santo Antônio, que refere-se a coligada com influência significativa.

a) Direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das Controladas em Conjunto, foi identificado, basicamente, o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Este ativo está apresentado em conjunto com o valor histórico dos investimentos na tabela acima. A amortização destes ativos ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões de forma linear.

	Controladora 31/12/2015	Amortização	Controladora 30/06/2016	Controladora e Consolidado 31/12/2016	Amortização	Controladora e Consolidado 30/06/2017
Renova	805.458	(21.384)	784.074	-	-	-
Retiro Baixo	30.706	(592)	30.114	29.525	(592)	28.933
Central Eólica Praias de Parajuru	20.868	(764)	20.104	19.341	(764)	18.577
Central Eólica Volta do Rio	14.818	(504)	14.314	13.807	(504)	13.303
Central Eólica Praias de Morgado	29.461	(1.028)	28.433	27.406	(1.028)	26.378
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	163.296	(2.978)	160.318	157.340	(2.978)	154.362
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	58.489	(986)	57.503	56.518	(986)	55.532
	1.123.096	(28.236)	1.094.860	303.937	(6.852)	297.085

b) A movimentação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto é a seguinte:

Consolidado	31/12/2016	Equivalência Patrimonial	Aportes/Aquisições	Dividendos Provisão	Resultado Abrangente	Outros	30/06/2017
Hidrelétrica Cachoeirão	50.411	6.396	-	(2.641)	-	-	54.166
Guanhães Energia (1)	-	(2.081)	78.641	-	-	(59.071)	17.489
Hidrelétrica Pipoca	31.809	2.716	-	(1.284)	-	-	33.241
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	643.890	(48.633)	-	-	-	-	595.257
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	677.182	(42.517)	-	-	-	-	634.665
Baguari Energia	162.106	12.529	-	(5.752)	-	1	168.884
Central Eólica Praias Parajuru	63.307	(1.125)	-	(406)	-	-	61.776
Central Eólica Volta do Rio	81.228	(4.054)	-	-	-	-	77.174
Central Eólica Praias de Morgado	59.586	(2.830)	-	-	-	-	56.756
Lightger	41.543	3.530	-	(642)	-	-	44.431
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	781.022	6.194	55.941	-	-	-	843.157
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	527.498	2.304	33.649	-	-	-	563.451
Aliança Geração	1.319.055	39.043	-	(51.576)	-	-	1.306.522
Retiro Baixo	161.848	6.442	-	-	-	-	168.290
Renova	688.625	36.553	18.000	-	(33.852)	-	709.326
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	2.782	-	-	-	-	-	2.782
Total do Investimento	5.291.892	14.467	186.231	(62.301)	(33.852)	(59.070)	5.337.367
Guanhães – passivo a descoberto de controlada em conjunto (1)	(59.071)	-	-	-	-	59.071	-
Total	5.232.821	14.467	186.231	(62.301)	(33.852)	1	5.337.367

(1) Transferência para passivo a descoberto.

Controladora	31/12/2016	Equivalência Patrimonial	Aportes/Aquisições	Dividendos Provisão	Resultado Abrangente	Outros	30/06/2017
Hidrelétrica Cachoeirão	50.411	6.396	-	(2.641)	-	-	54.166
Guanhães Energia (1)	-	(2.081)	78.641	-	-	(59.071)	17.489
Hidrelétrica Pipoca	31.809	2.716	-	(1.284)	-	-	33.241
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	643.890	(48.633)	-	-	-	-	595.257
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	677.182	(42.517)	-	-	-	-	634.665
Baguari Energia	162.106	12.529	-	(5.752)	-	1	168.884
Central Eólica Praias Parajuru	63.307	(1.125)	-	(406)	-	-	61.776
Central Eólica Volta do Rio	81.228	(4.054)	-	-	-	-	77.174
Central Eólica Praias de Morgado	59.586	(2.830)	-	-	-	-	56.756
Lightger	41.543	3.530	-	(642)	-	-	44.431
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	781.022	6.194	55.941	-	-	-	843.157
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	527.498	2.304	33.649	-	-	-	563.451
Aliança Geração	1.319.055	39.043	-	(51.576)	-	-	1.306.522
Retiro Baixo	161.848	6.442	-	-	-	-	168.290
Renova	688.625	36.553	18.000	-	(33.852)	-	709.326
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	2.782	-	-	-	-	-	2.782
Cemig Baguari	55	(7)	-	-	-	-	48
Cemig Ger.Três Marias S.A.	1.399.282	90.908	-	-	-	-	1.490.190
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	440.148	31.224	-	-	-	-	471.372
Cemig Ger. Itutinga S.A.	167.962	19.508	-	-	-	-	187.470
Cemig Geração Camargos S.A.	125.995	15.737	-	-	-	-	141.732
Cemig Geração Sul S.A.	165.133	19.331	-	-	-	(1)	184.463
Cemig Geração Leste S.A.	113.976	16.073	-	-	-	-	130.049
Cemig Geração Oeste S.A.	69.375	9.247	-	-	-	-	78.622
Total do Investimento	7.773.818	216.488	186.231	(62.301)	(33.852)	(59.071)	8.021.313
Guanhães – passivo a descoberto de controlada em conjunto (1)	(59.071)	-	-	-	-	59.071	-
Total	7.714.747	216.488	186.231	(62.301)	(33.852)	-	8.021.313

(1) Transferência para passivo a descoberto.

Controladora	31/12/2015	Equivalência Patrimonial	Aportes/Aquisições	Dividendos Provisão	Resultado Abrangente	outros	30/06/2016 Consolidado
Hidrelétrica Cachoeirão	40.844	6.000	-	(1.555)	-	-	45.289
Guanhães Energia	18.444	(15.064)	17.640	-	-	-	21.020
Hidrelétrica Pipoca	26.237	2.650	-	-	-	-	28.887
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	675.983	(9.212)	39.000	-	-	-	705.771
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	703.403	(10.467)	40.139	-	-	(2.680)	730.395
Baguari Energia	187.227	15.500	-	-	-	-	202.727
Central Eólica Praias Parajuru	63.045	147	-	(25)	-	1	63.168
Central Eólica Volta do Rio	85.101	(2.491)	-	(35)	-	-	82.575
Central Eólica Praias de Morgado	62.071	(1.043)	-	(45)	-	-	60.983
Lightger	37.455	3.237	-	-	-	-	40.692
Amazônia Energia	495.768	(421)	188.890	-	-	-	684.237
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	354.284	(12.347)	117.585	-	-	-	459.522
Aliança Geração	1.327.246	64.335	-	(64.790)	-	-	1.326.791
Retiro Baixo	147.905	11.038	-	-	-	-	158.943
Renova	1.527.435	(183.237)	240.000	-	(664)	-	1.583.534
	5.752.448	(131.375)	643.254	(66.450)	(664)	(2.679)	6.194.534

Controladora	31/12/2015	Equivalência Patrimonial	Aportes/Aquisições	Dividendos Provisão	Resultado Abrangente	outros	30/06/2016
Hidrelétrica Cachoeirão	40.844	6.000	-	(1.555)	-	-	45.289
Guanhães Energia	18.444	(15.064)	17.640	-	-	-	21.020
Hidrelétrica Pipoca	26.237	2.650	-	-	-	-	28.887
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	675.983	(9.212)	39.000	-	-	-	705.771
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	703.403	(10.467)	40.139	-	-	(2.680)	730.395
Baguari Energia	187.227	15.500	-	-	-	-	202.727
Central Eólica Praias Parajuru	63.045	147	-	(25)	-	1	63.168
Central Eólica Volta do Rio	85.101	(2.491)	-	(35)	-	-	82.575
Central Eólica Praias de Morgado	62.071	(1.043)	-	(45)	-	-	60.983
Lightger	37.455	3.237	-	-	-	-	40.692
Amazônia Energia	495.768	(421)	188.890	-	-	-	684.237
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	354.284	(12.347)	117.585	-	-	-	459.522
Aliança Geração	1.327.246	64.335	-	(64.790)	-	-	1.326.791
Retiro Baixo	147.905	11.038	-	-	-	-	158.943
Renova	1.527.435	(183.237)	240.000	-	(664)	-	1.583.534
Cemig Baguari	-	(23)	55	-	-	-	32
Cemig Ger.Três Marias S.A.	-	23.650	1.291.423	-	-	-	1.315.073
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	-	7.472	405.267	-	-	-	412.739
Cemig Ger. Itutinga S.A.	-	3.513	151.309	-	-	-	154.822
Cemig Geração Camargos S.A.	-	2.703	113.499	-	-	-	116.202
Cemig Geração Sul S.A.	-	3.441	148.146	-	-	-	151.587
Cemig Geração Leste S.A.	-	2.481	100.569	-	-	-	103.050
Cemig Geração Oeste S.A.	-	2.077	60.595	-	-	-	62.672
	5.752.448	(86.061)	2.914.117	(66.450)	(664)	(2.679)	8.510.711

c) As principais informações sobre as controladas e controladas em conjunto estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Sociedades	Quantidade de Ações	Em 30 de junho de 2017			Em 31 de dezembro de 2016		
		Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	110.543	49,00	35.000	102.880
Guanhães Energia	185.647.000	49,00	185.347	35.692	49,00	185.647	-
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	67.839	49,00	41.360	64.916
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	9.730.201.137	18,13	9.546.672	5.932.075	18,13	10.151.952	6.418.617
Baguari Energia (1)	26.157.300.278	69,39	186.573	243.382	69,39	186.573	247.662
Central Eólica Praias de Parajuru	70.560.000	49,00	70.560	88.161	49,00	70.560	88.897
Central Eólica Volta do Rio	117.230.000	49,00	117.230	130.349	49,00	117.230	136.886
Central Eólica Praias de Morgado	52.960.000	49,00	52.960	61.996	49,00	52.960	65.128
Lightger	79.078.937	49,00	79.232	90.676	49,00	79.232	84.781
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	34.715.961.339	49,00	1.082.705	1.036.569	49,00	1.014.111	1.076.527
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte) (1)	1.176.194.023	74,50	1.190.828	1.131.754	74,50	1.115.739	1.048.351
Aliança Geração	1.291.582.500	45,00	1.291.488	1.965.129	45,00	1.291.488	1.972.519
Retiro Baixo	222.850.000	49,90	222.850	279.273	49,90	222.850	263.680
Renova	417.197.244	36,23	2.960.776	1.957.842	34,15	2.856.255	1.955.598
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	5.677.000	49,00	5.677	5.677	49,00	5.677	5.677
Cemig Baguari	1.000	100,00	1	(5)	100,00	1	55
Cemig Ger.Três Marias S.A.	1.291.423.369	100,00	1.291.423	1.490.190	100,00	1.291.423	1.410.411
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	405.267.607	100,00	405.268	471.372	100,00	405.268	443.914
Cemig Ger. Itutinga S.A.	151.309.332	100,00	151.309	187.470	100,00	151.309	169.812
Cemig Geração Camargos S.A.	113.499.102	100,00	113.499	141.732	100,00	113.499	127.320
Cemig Geração Sul S.A.	148.146.505	100,00	148.147	184.463	100,00	148.147	167.155
Cemig Geração Leste S.A.	100.568.929	100,00	100.569	130.049	100,00	100.569	115.795
Cemig Geração Oeste S.A.	60.595.484	100,00	60.595	78.622	100,00	60.595	70.137

(1) Controle compartilhado por acordo de acionistas.

Em 30 de junho de 2017, o passivo circulante de algumas controladas em conjunto estava superior ao ativo circulante, conforme segue:

Madeira Energia (“MESA”): O excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$2.023.684, decorre, principalmente, da conta “Fornecedores”, “Outros Passivos”, “Empréstimos e financiamentos” e “Provisão para contingências”. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a MESA conta com a decisão favorável da ANEEL para reverter no passivo a conta FID (Fator Disponibilidade) e liberação de recursos da conta reserva do serviço da dívida que serão substituídos por fiança bancária, com a geração operacional de caixa e o equacionamento dos recursos aportados por certos acionistas através de decisão da AGE e que, portanto, não são exigíveis imediatamente.

Renova Energia: No período findo em 30 de junho de 2017, a Renova Energia apresentou prejuízos acumulados de R\$1.016.556, bem como passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes em R\$1.425.287 (consolidado) e apresenta necessidade de obtenção de capital para cumprir com os compromissos de construção dos parques eólicos e solares. Os principais motivos para esse cenário são: a) investimentos relevantes que estão sendo alocados na construção dos parques do complexo eólico Alto Sertão III; b) atraso na liberação do financiamento de longo prazo com o BNDES; e c) o não atingimento de determinados indicadores de covenants e a não obtenção da anuência dos credores até 30 de junho de 2017 fez com que determinados financiamentos de longo prazo fossem reclassificados para o circulante.

Diante deste cenário, a Renova vem executando diversas ações com o objetivo de reequilibrar sua estrutura de liquidez e de geração de caixa. A seguir estão relacionadas as ações e o plano da Renova:

- (1) Em 3 de agosto de 2017, com o fechamento da venda dos parques do Alto Sertão II para a AES Tietê Energia, a Renova quitou o saldo das debêntures e transferiu o saldo da dívida desses parques, (R\$ R\$1.115.750, em 30 de junho de 2017), reduzindo seu endividamento em R\$1.480.684.
- (2) A Renova está em entendimentos com o BNDES para assinatura do contrato de financiamento de longo prazo, no montante aproximado de R\$900.000 que irá substituir o empréstimo-ponte tomado e registrado no passivo circulante até 30 de junho de 2017 no montante de R\$837.946 (principal e encargos), e o restante será utilizado para as obras relacionadas ao projeto Alto Sertão III – Fase A. Uma vez que o longo prazo seja contratado parte do passivo circulante será reclassificado para o não circulante. Até o momento, já foram investidos no Alto Sertão III – Fase A o montante de R\$2,1 bilhões, que corresponde a 87% (informação não revisada pelos auditores independentes) da compleição física da obra, sem que houvesse liberação de financiamento de longo prazo do BNDES;
- (3) Os acionistas continuam empenhados em suportar financeiramente para que a Renova alcance o reequilíbrio de liquidez e em 2017 já efetuaram aportes de R\$62.764.

- (4) Otimização do portfólio de contratos com cancelamento permanente de 188,2 MWm e projetos, no âmbito do MCSD A4+.
- (5) Como alternativa para viabilização de novos recursos, existe a possibilidade de otimização do portfólio, venda de projetos e/ou ativos operacionais, bem como a entrada de novos acionistas.

A Administração da Renova Energia entende que, com o sucesso das medidas acima, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Renova Energia.

Aliança Geração: Em 30 de junho de 2017 a investida possuía capital circulante negativo no montante de R\$188.324 (R\$204.494 em 31 de dezembro de 2016). Isso ocorreu principalmente em função das operações de crédito com vencimento em curto prazo. Em 10 de julho de 2017, a Companhia realizou a 1ª Emissão de Debêntures, no valor total de R\$ 350.000, as quais terão prazo de 3 anos contados da data de emissão.

Em 14 de julho de 2017 a Aliança Geração pagou integralmente a 2ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais. O valor integral pago nesta operação foi de R\$343.218.

Investimento na usina de Santo Antônio através da Madeira Energia S.A. (“MESA”) e do FIP Melbourne

A Companhia possui investimento direto e indireto na Madeira Energia S.A. (que possui investimento na Santo Antônio Energia S.A.) de R\$1.229.922 em 30 de junho de 2017 (R\$1.321.072 em 31 de dezembro de 2016).

A Madeira Energia S.A. (“MESA”) e sua controlada Santo Antônio Energia S.A. (“SAESA”) estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. O ativo imobilizado e intangível constituídos pelos referidos gastos totalizavam, em 30 de junho de 2017, R\$22.058.150 (consolidado MESA), os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos por meio das receitas futuras geradas a partir de janeiro de 2017, quando entraram em operação todas as unidades geradoras da entidade.

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas indiretos da Madeira Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas indiretos.

Procedimento de arbitragem

Em 2014, a SAAG Investimentos S.A. (SAAG) e a Cemig GT iniciaram procedimento arbitral sigiloso na Câmara de Arbitragem do Mercado questionando: (a) aumento de capital aprovado na MESA parcialmente destinado ao pagamento de pleitos do Consórcio Construtor Santo Antônio (“CCSA”), no valor de aproximadamente R\$750 milhões, com fundamento na falta de apuração dos valores supostamente devidos e de aprovação prévia pelo Conselho de Administração, como exigem o Estatuto e o Acordo de Acionistas da MESA, bem como na existência de créditos desta contra o CCSA, passíveis de compensação, em montante superior aos pleitos, e (b) contra o ajuste para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), no valor de R\$750 milhões, referente a determinados créditos da MESA contra o CCSA, com fundamento em que tais créditos, por força de disposição contratual expressa, são devidos em sua totalidade.

Em 2016, a sentença da Câmara de Arbitragem do Mercado reconheceu integralmente o direito da Cemig GT e da SAAG e determinou a anulação dos atos impugnados. SAAG e Cemig GT estão em vias de adotar medidas para implementar a decisão mencionada.

Opção de Venda SAAG

Foram assinados, entre a Cemig GT e as entidades de previdência complementar, que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (estrutura composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto “Estrutura de Investimento”), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas dos Fundos que compõe a Estrutura de Investimento (“Opções de Venda”), que poderão ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda será correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar. Esta opção foi considerada instrumento derivativo, contabilizada pelo seu valor justo através dos resultados.

No quarto trimestre de 2016 a Companhia alterou a metodologia utilizada na mensuração do valor justo da opção de venda da SAAG, passando a adotar o modelo Black-Scholes-Merton (“BSM”) em detrimento do modelo de fluxo de caixa descontado decrescido do preço de exercício da opção de venda. Essa modificação ocorre em linha com as melhores práticas do mercado, uma vez que a metodologia de BSM não só calcula a diferença entre o preço de exercício da opção e o valor da ação, trazidos à valor presente, mas também incorpora um importante componente aleatório que pondera esses valores.

Foi considerado como hipótese de que os dispêndios futuros do FIP Malbec e FIP Melbourne são imateriais, de modo que as opções são avaliadas como se participações

diretas na MESA o fossem. Contudo, nem SAAG e nem MESA são negociadas em bolsa de valores, de forma que algumas adaptações são necessárias para cálculo do preço do ativo objeto e de sua volatilidade para aplicação do modelo BSM. O preço de fechamento da ação da MESA em 30 de junho de 2017 é auferido via *Free Cash Flow to Equity* (FCFE), com sua equivalência em participação indireta detidas pelos FIP's. A volatilidade, por sua vez, é mensurada como uma média da volatilidade histórica (hipótese de que a série da diferença dos retornos capitalizados em tempo contínuo segue uma distribuição normal) de empresas comparáveis do setor de geração de energia elétrica com ações negociadas na Bovespa.

Com base nos estudos realizados, encontra-se registrado nas Informações Contábeis Intermediárias da Companhia um passivo no valor de R\$237.775, referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício.

A movimentação do valor das opções é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	147.614
Saldo Inicial para fins de consolidação	147.614	-
Variação do Valor Justo	26.011	26.011
Saldo em 30 de junho de 2016	173.625	173.625
Saldo em 31 de dezembro de 2016	196.173	196.173
Ajuste a Valor Justo	41.602	41.602
Saldo em 30 de junho de 2017	237.775	237.775

A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade do preço de exercício da opção variando a taxa de juros livre de risco e a volatilidade, mantendo-se todas as demais variáveis do modelo constantes. Nesse contexto, utilizou-se cenários de taxa de juros livre de risco de 7,41% a 11,41% ao ano e volatilidade entre 12% e 72% ao ano, resultando em estimativas de preço mínimo e máximo da opção de venda de R\$197.667 e R\$317.376, respectivamente.

Investimento na usina de Belo Monte através da Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte

A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. ("NESA"), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará e administrar essa participação.

A participação indireta da Cemig GT na NESA, através das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,74%.

A NESA ainda dependerá de quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da usina, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras.

Em 7 de abril de 2015, a NESA obteve decisão liminar que determinou à ANEEL que, “até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da ANEEL e no Contrato de Concessão da UHE Belo Monte”. A probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da NESA, e o valor da perda estimada em Belo Monte até 30 de junho de 2017 é de R\$201.109.

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da Norte Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas.

Quaisquer alterações no cenário existente terão seus impactos refletidos nas Informações Contábeis da Companhia.

Investimento na Renova

Contrato de opção

Em 18 de setembro de 2015, foi celebrado um contrato de opção de venda em que, a partir de 31 de março de 2016, a Renova teria a opção de alienar para a SunEdison até 7 milhões das ações da TerraForm Global (“TerraForm”) recebidas pela Renova em decorrência do fechamento da primeira fase da operação de alienação e permuta de ativos.

A Renova precificou a opção considerando o modelo matemático de Black-Scholes, a expectativa futura da taxa de câmbio, bem como o risco de crédito. Com base nessa avaliação, foi reconhecido um prejuízo de R\$216.875 no 1º trimestre de 2016 na investida cujo impacto na Cemig GT foi de R\$59.315, correspondente à sua participação.

Em abril de 2016 houve estruturação de capital da empresa, que alterou a participação da Cemig GT na empresa e na sequência a SunEdison pediu recuperação judicial nos Estados Unidos. Em 1º de junho de 2016, findou-se o prazo para pagamento da opção pela SunEdison e a Renova entrou com processo arbitral requerendo, dentre outras demandas, indenização pelas perdas.

Em junho de 2017, a Renova celebrou acordo com a TerraForm Global (SUNEDISON) no qual as partes concordam em encerrar o processo de arbitragem mediante compensações à Renova de R\$ 48.559 que foi paga juntamente com a liquidação financeira da alienação das ações da Terraform, mencionadas a seguir.

Investimento na Terraform

A Renova Energia possuía investimentos em ações classe A (GLBL) da TerraForm (“Ações TERG”), designadas como ativos financeiros disponíveis para venda, registrado ao valor justo, baseado na cotação de preço de mercado das ações em bolsa de valores (NASDAQ), cujos ganhos e perdas decorrentes da variação da cotação das ações foram registrados diretamente no patrimônio líquido na rubrica de outros resultados abrangentes.

No 1º semestre de 2017 ocorreu um ajuste positivo de R\$73.224 (R\$26.470 de impacto na Cemig GT), reconhecido em outros resultados abrangentes na Renova Energia. No 1º semestre de 2016, a investida registrou perda no valor de R\$271.509 (R\$74.258 de impacto na Cemig GT) em função da volatilidade negativa no período na cotação das ações da Terraform, com base no valor das ações no mercado.

Em 15 de maio de 2017, a Renova e a Brookfield Asset Management (“Brookfield”), por meio do seu veículo Orion US Holding 1 L.P., assinaram o Contrato de Compra e Venda das ações que a investida detinha na TerraForm Global Inc. (“TerraForm Global”) e em 26 de maio de 2017, a investida divulgou fato relevante da alienação das ações da Terraform para a Brookfield. O preço total de aquisição foi de R\$302.219, com o fechamento da operação em 03 de julho de 2017, após a conclusão de determinadas condições precedentes.

Rescisão de contrato de compra e venda de ações

Em 01 de abril de 2016, a Renova Energia S.A. (“Renova”) informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que o contrato de compra e venda de ações do projeto ESPRA para a TerraForm Global, Inc. foi rescindido, por acordo entre as partes, mediante o pagamento pela TerraForm Global à Renova de um break up fee no valor de R\$35.790 (R\$12.240 de impacto na Cemig GT). Dessa maneira, os ativos do projeto ESPRA, correspondentes a três pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) que comercializam energia no âmbito do Proinfa, com 41,8 MW de capacidade instalada, continuam compondo o portfólio de ativos operacionais da Renova.

Ajuste para redução ao valor recuperável de ativos

Para o período de seis meses, findo em 30 de junho de 2017, a Renova efetuou uma revisão do valor recuperável de seu ativo imobilizado, o qual resultou em uma perda de R\$31.903 (R\$10.895 de impacto na Cemig GT) nos parques do Alto Sertão III – Fase A, a qual foi registrada no resultado do período.

14. IMOBILIZADO

	Consolidado					
	30/06/2017			31/12/2016		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço	6.365.494	(4.235.175)	2.130.319	10.755.092	(7.701.311)	3.053.781
Terrenos	220.740	(12.231)	208.509	282.027	(7.572)	274.455
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3.049.310	(1.939.934)	1.109.376	5.072.162	(3.482.159)	1.590.003
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	1.024.551	(732.276)	292.275	1.711.893	(1.342.445)	369.448
Máquinas e Equipamentos	2.028.799	(1.515.044)	513.755	3.646.916	(2.834.167)	812.749
Veículos	28.712	(25.050)	3.662	28.712	(24.487)	4.225
Móveis e Utensílios	13.382	(10.640)	2.742	13.382	(10.481)	2.901
Em Curso	91.260	-	91.260	116.371	-	116.371
Ativos em Formação	91.260	-	91.260	116.371	-	116.371
Imobilizado Líquido	6.456.754	(4.235.175)	2.221.579	10.871.463	(7.701.311)	3.170.152

	Controladora					
	30/06/2017			31/12/2016		
	Custo Histórico	Valor Líquido	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço	6.364.131	(4.235.146)	2.128.985	10.755.092	(7.701.311)	3.053.781
Terrenos	220.740	(12.231)	208.509	282.027	(7.572)	274.455
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3.049.310	(1.939.934)	1.109.376	5.072.162	(3.482.159)	1.590.003
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	1.024.551	(732.276)	292.275	1.711.893	(1.342.445)	369.448
Máquinas e Equipamentos	2.027.436	(1.515.015)	512.421	3.646.916	(2.834.167)	812.749
Veículos	28.712	(25.050)	3.662	28.712	(24.487)	4.225
Móveis e Utensílios	13.382	(10.640)	2.742	13.382	(10.481)	2.901
Em Curso	89.690	-	89.690	114.599	-	114.599
Ativos em Formação	89.690	-	89.690	114.599	-	114.599
Imobilizado Líquido	6.453.821	(4.235.146)	2.218.675	10.869.691	(7.701.311)	3.168.380

A movimentação do imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2016	Adição	Usinas V. Grande/Jaguara /Miranda (1)	Transferência	Baixa	Depreciação	30/06/2017
Em Serviço	3.053.781	-	(869.239)	32.818	(4.717)	(82.324)	2.130.319
Terrenos	274.455	-	(61.287)	-	-	(4.659)	208.509
Reservatórios, Barragens e Adutoras	1.590.003	-	(440.923)	576	-	(40.280)	1.109.376
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	369.448	-	(68.971)	424	-	(8.626)	292.275
Máquinas e Equipamentos	812.749	-	(298.058)	31.818	(4.717)	(28.037)	513.755
Veículos	4.225	-	-	-	-	(563)	3.662
Móveis e Utensílios	2.901	-	-	-	-	(159)	2.742
Em Curso	116.371	9.651	(130)	(32.818)	(1.814)	-	91.231
Imobilizado Líquido	3.170.152	9.651	(869.369)	-	(6.531)	(82.324)	2.221.579

(1) Valores transferidos para a rubrica de Ativos de Concessão de Geração, referentes às Usinas Jaguara e Miranda, (mais detalhes na nota explicativa nº 4) e para Ativos Financeiros da Concessão, referentes à Usina Volta Grande.

Controladora	Saldo em 31/12/2016	Adição	Usinas V. Grande/Jaguara /Miranda (1)	Transferência	Baixa	Depreciação	30/06/2017
Em Serviço	3.053.781	-	(869.239)	31.455	(4.717)	(82.295)	2.128.985
Terrenos	274.455	-	(61.287)	-	-	(4.659)	208.509
Reservatórios, Barragens e Adutoras	1.590.003	-	(440.923)	576	-	(40.280)	1.109.376
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	369.448	-	(68.971)	424	-	(8.626)	292.275
Máquinas e Equipamentos	812.749	-	(298.058)	30.455	(4.717)	(28.008)	512.421
Veículos	4.225	-	-	-	-	(563)	3.662
Móveis e Utensílios	2.901	-	-	-	-	(159)	2.742
Em Curso	114.599	8.490	(130)	(31.455)	(1.814)	-	89.690
Imobilizado Líquido	3.168.380	8.490	(869.369)	-	(6.531)	(82.295)	2.218.675

(1) Valores transferidos para a rubrica de Ativos de Concessão de Geração, referentes às Usinas Jaguará e Miranda, (mais detalhes na nota explicativa nº 4) e para Ativos Financeiros da Concessão, referentes à Usina Volta Grande.

	Controladora 31/12/2015	Adição	Capitalização/ Transferência	Baixa	Depreciação	Consolidado e Controladora 30/06/2016
Em Serviço						
Terrenos	274.064	-	84	(1)	(1.474)	272.673
Reservatórios, Barragens e Adutoras	1.650.430	-	26.749	-	(45.230)	1.631.949
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	385.042	-	3.927	-	(10.593)	378.376
Máquinas e Equipamentos	819.046	-	35.685	(221)	(31.309)	823.201
Veículos	8.075	-	(1.518)	-	(1.297)	5.260
Móveis e Utensílios	3.936	-	(718)	(1)	(118)	3.099
	3.140.593	-	64.209	(223)	(90.021)	3.114.558
Em Curso	167.083	14.510	(64.209)	(6.237)	-	111.147
Imobilizado Líquido	3.307.676	14.510	-	(6.460)	(90.021)	3.225.705

A taxa de depreciação média anual da Companhia, na atividade Geração é de 3,39%. As principais taxas anuais de depreciação, de acordo com a Resolução Normativa da ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Geração	Vida Útil	(%)	Administração	Vida Útil	(%)
Reservatório, Barragem e Adutora	50	2	Equipamento Geral De Informática	6	16,67
Edificação - Casa de Força	50	2	Veículos	7	14,29
Gerador	30	3,33	Equipamento Geral	16	6,25
Transformador de Força	35	2,86	-	-	-
Painel, Mesa de Comando e Cubículo	28	3,57	-	-	-
Turbina Hidráulica	40	2,5	-	-	-
Conduto Forçado	32	3,13	-	-	-

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia. A Administração acredita que a indenização destes ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração e transmissão do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do Ativo Imobilizado.

O valor residual dos ativos é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há ou existe incerteza relacionada à indenização no final da concessão, como geração térmica e geração hidráulica em regime de produção independente, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão.

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 12 e 15, a Companhia transferiu para o ativo não circulante os saldos contábeis remanescentes das usinas que tiveram o seu vencimento em julho de 2015 e em fevereiro de 2017 e que deverão ser objeto de indenização pelo poder Concedente.

Os saldos contábeis remanescentes das usinas de Jaguará, São Simão e Miranda, onde existe a discussão judicial sobre a renovação das usinas com o Governo Federal, e da usina de Volta Grande em que a Companhia demonstrou intenção em manter a concessão, conforme descrito na nota explicativa nº 4, foram também transferidos para o ativo não circulante na rubrica de ativos de concessões de geração.

Consórcio

A Companhia participa no consórcio de geração de energia elétrica de Queimado, onde não foi constituída empresa com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles no Ativo Imobilizado e Intangível. A parcela da Companhia no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas naturezas de ativo Imobilizado e Intangível apresentadas.

Controladora e Consolidado	Participação na energia gerada (%)	Taxa Média Anual de Depreciação (%)	30/06/2017	31/12/2016
Em serviço				
Usina de Queimado	82,5	3,73	217.061	217.061
Depreciação acumulada			(82.552)	(81.911)
Total em operação			134.509	135.150
Em curso				
Usina de Queimado	82,5	-	233	233
Total em construção			233	233

15. INTANGÍVEIS

Composição de saldo em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016

	Consolidado e Controladora 30/06/2017			Consolidado e Controladora 31/12/2016		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço	88.326	(63.924)	24.402	88.214	(61.682)	26.532
Servidão	11.451	(1.651)	9.800	11.451	(1.315)	10.136
Concessão Onerosa	19.169	(10.912)	8.257	19.169	(10.572)	8.597
Outros	57.706	(51.361)	6.345	57.594	(49.795)	7.799
Em Curso	8.922	-	8.922	9.220	-	9.220
Ativos em formação	8.922	-	8.922	9.220	-	9.220
Intangível Líquido	97.248	(63.924)	33.324	97.434	(61.682)	35.752

Movimentação do Ativo Intangível

Controladora e Consolidado	31/12/2016	Adição	Usinas V.Grande/Jaguara/ Miranda	Capitalização/ Transferência	Baixa	Amortização	30/06/2017
Em Serviço	26.532	-	(80)	614	-	(2.664)	24.402
Servidão	10.136	-	-	-	-	(336)	9.800
Concessão Onerosa	8.597	-	-	-	-	(340)	8.257
Outros	7.799	-	(80)	614	-	(1.988)	6.345
Em Curso	9.220	331	-	(614)	(15)	-	8.922
Ativos em formação	9.220	331	-	(614)	(15)	-	8.922
Total	35.752	331	(80)	-	(15)	(2.664)	33.324

	Controladora 31/12/2015	Adição	Capitalização / Transferência	Amortização	Consolidado e Controladora 30/06/2016
Em Serviço	27.834	-	3.337	(2.320)	28.851
Servidão	10.136	-	-	-	10.136
Concessão Onerosa	9.275	-	-	(339)	8.936
Outros	8.423	-	3.337	(1.981)	9.779
Em Curso	8.275	2.214	(3.337)	-	7.152
Ativos em formação	8.275	2.214	(3.337)	-	7.152
Total	36.109	2.214	-	(2.320)	36.003

A taxa de amortização média anual é de 12,08%, considerando a vida útil dos ativos relacionados.

Os ativos intangíveis, Concessão Onerosa e Outros são amortizáveis pelo método linear e considerando o padrão de consumo destes direitos. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

16. FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica	410.153	328.341	389.143	327.034
Materiais e Serviços	29.434	48.697	27.888	45.670
	439.587	377.038	417.031	372.704

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos, Taxas e Contribuições

As obrigações de longo prazo de PASEP/COFINS referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por recolher mensalmente as contribuições.

Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal – STF decidiu, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese da Companhia. A Companhia aguarda a divulgação do Acórdão e os efeitos advindos de uma eventual modulação pelo STF dos efeitos da decisão para então mensurar e refletir em suas demonstrações financeiras os efeitos advindos da decisão.

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Circulante				
ICMS	50.735	46.156	47.132	46.150
PASEP	4.505	6.100	3.849	5.617
COFINS	20.937	28.241	17.885	26.007
INSS	3.551	5.699	3.494	4.644
ISSQN	746	1.564	654	1.489
Outros	3.477	49.017	3.369	48.956
	83.951	136.777	76.383	132.863
Não Circulante				
PASEP	18.058	18.058	18.058	18.058
COFINS	83.175	83.175	83.175	83.175
	101.233	101.233	101.233	101.233
	185.184	238.010	177.616	234.096

O Imposto de Renda e Contribuição Social Não Circulante é divulgado na Nota Explicativa nº 9 destas Informações Contábeis Intermediárias.

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Moedas	Consolidado 30/06/2017			Consolidado 31/12/2016
				Circulante	Não Circulante	Total	
MOEDA ESTRANGEIRA							
KFW	2018	1,78%	Euro	3.974	2.182	6.156	7.416
Dívida em Moeda Estrangeira				3.974	2.182	6.156	7.416
MOEDA NACIONAL							
Nota Promissória – 7ª Emissão	2017	128,00% do CDI	R\$	723.409	-	723.409	667.143
Banco do Brasil S.A.	2017	108,00% do CDI	R\$	149.985	-	149.985	150.683
Banco do Brasil S.A.	2018	112,00% do CDI	R\$	281.596	269.999	551.595	554.748
Banco do Brasil S.A.	2018	132,90% do CDI	R\$	290.660	146.704	437.364	583.043
BASA	2018	CDI+1,90%	R\$	10.238	119.776	130.014	121.601
FINEP	2018	TJLP+5% e TJLP+8%	R\$	3.148	784	3.932	5.504
BNDES	2026	TJLP+2,34%	R\$	8.036	63.167	71.203	73.389
Consórcio Pipoca (2)	2018	IPCA	R\$	185	-	185	185
(-) FIC Pampulha - títulos emitidos pela própria Companhia (3)				(19.009)	-	(19.009)	-
Dívida em Moeda Nacional				1.448.248	600.430	2.048.678	2.156.296
Total de Empréstimos e Financiamentos				1.452.222	602.612	2.054.834	2.163.712
Debêntures							
Debêntures – 1ª Série – 3ª Emissão (1)	2017	CDI + 0,90%	R\$	-	-	-	543.208
Debêntures – 2ª Série – 3ª Emissão (1)	2019	IPCA + 6,00%	R\$	147.737	141.715	289.452	293.121
Debêntures – 3ª Série – 3ª Emissão (1)	2022	IPCA + 6,20%	R\$	20.818	949.428	970.246	983.506
Debêntures – 1ª Série – 5ª Emissão (1)	2018	CDI + 1,70%	R\$	803.578	700.000	1.503.578	1.411.295
Debêntures – 1ª Série – 6ª Emissão (1)	2018	CDI + 1,60%	R\$	620.219	486.152	1.106.371	1.037.973
Debêntures – 2ª Série – 6ª Emissão (1)	2020	IPCA + 8,07%	R\$	2.322	30.606	32.928	31.117
Debêntures – 1ª Série – 7ª Emissão (1)	2021	140,00% do CDI	R\$	(2.179)	2.207.861	2.205.682	2.196.841
(-) FIC Pampulha - títulos emitidos pela própria Companhia (3)				(15.171)	(5.623)	(20.794)	(27.102)
Total de Debêntures				1.577.324	4.510.139	6.087.463	6.469.959
Total Geral				3.029.546	5.112.751	8.142.297	8.633.671

(1) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

(2) Crédito para integralização do capital social da Hidrelétrica Pipoca S.A.

(3) O FIC Pampulha possui aplicações financeiras em títulos emitidos pela própria Companhia. Mais informações e características do fundo vide Nota Explicativa nº 26.

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Moedas	Controladora 30/06/2017			Controladora 31/12/2016
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
KFW	2018	1,78%	Euro	3.974	2.182	6.156	7.416
Dívida em Moeda Estrangeira				3.974	2.182	6.156	7.416
MOEDA NACIONAL							
Nota Promissória – 7ª Emissão	2017	128,00% do CDI	R\$	723.409	-	723.409	667.143
Banco do Brasil S.A.	2017	108,00% do CDI	R\$	149.985	-	149.985	150.683
Banco do Brasil S.A.	2018	112,00% do CDI	R\$	281.596	269.999	551.595	554.748
Banco do Brasil S.A.	2018	132,90% do CDI	R\$	290.660	146.704	437.364	583.043
BASA	2018	CDI+1,90%	R\$	10.238	119.776	130.014	121.601
FINEP	2018	TJLP+5% eTJLP+8%	R\$	3.148	784	3.932	5.504
BNDES	2026	TJLP+2,34%	R\$	8.036	63.167	71.203	73.389
Consórcio Pipoca (2)	2018	IPCA	R\$	185	-	185	185
(-) FIC Pampulha - títulos emitidos pela própria Companhia (3)				(3.177)	-	(3.177)	-
Dívida em Moeda Nacional				1.464.080	600.430	2.064.510	2.156.296
Total de Empréstimos e Financiamentos				1.468.054	602.612	2.070.666	2.163.712
Debêntures							
Debêntures – 1ª Série – 3ª Emissão (1)	2017	CDI + 0,90%	R\$	-	-	-	543.208
Debêntures – 2ª Série – 3ª Emissão (1)	2019	IPCA + 6,00%	R\$	147.737	141.715	289.452	293.121
Debêntures – 3ª Série – 3ª Emissão (1)	2022	IPCA + 6,20%	R\$	20.818	949.428	970.246	983.506
Debêntures – 1ª Série – 5ª Emissão (1)	2018	CDI + 1,70%	R\$	803.578	700.000	1.503.578	1.411.295
Debêntures – 1ª Série – 6ª Emissão (1)	2018	CDI + 1,60%	R\$	620.219	486.152	1.106.371	1.037.973
Debêntures – 2ª Série – 6ª Emissão (1)	2020	IPCA + 8,07%	R\$	2.322	30.606	32.928	31.117
Debêntures – 1ª Série – 7ª Emissão (1)	2021	140,00% do CDI	R\$	(2.179)	2.207.861	2.205.682	2.196.841
(-) FIC Pampulha - títulos emitidos pela própria Companhia (3)				(2.536)	(940)	(3.476)	(17.188)
Total de Debêntures				1.589.959	4.514.822	6.104.781	6.479.873
Total Geral				3.058.013	5.117.434	8.175.447	8.643.585

(1) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

(2) Crédito para integralização do capital social da Hidrelétrica Pipoca S.A.

(3) O FIC Pampulha possui aplicações financeiras em títulos emitidos pela própria Companhia. Mais informações e características do fundo vide Nota Explicativa nº 26.

A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

Consolidado	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024 em diante	Total
Moedas									
Euro	1.987	4.169	-	-	-	-	-	-	6.156
Total por Moedas	1.987	4.169	-	-	-	-	-	-	6.156
Indexadores									
IPCA (1)	29.192	141.831	156.992	328.635	313.318	322.843	-	-	1.292.811
CDI (2)	2.704.024	1.911.603	717.501	717.440	717.630	-	-	-	6.768.198
TJLP (3)	5.709	10.166	7.814	7.814	7.814	7.814	7.814	20.187	75.132
Total por Indexadores	2.738.925	2.063.600	882.307	1.053.889	1.038.762	330.657	7.814	20.187	8.136.141
Total Geral	2.740.912	2.067.769	882.307	1.053.889	1.038.762	330.657	7.814	20.187	8.142.297

Controladora	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024 em diante	Total
Moedas									
Euro	1.987	4.169	-	-	-	-	-	-	6.156
Total por Moedas	1.987	4.169	-	-	-	-	-	-	6.156
Indexadores									
IPCA (1)	29.192	141.831	156.992	328.635	313.318	322.843	-	-	1.292.811
CDI (2)	2.732.491	1.916.286	717.501	717.440	717.630	-	-	-	6.801.348
TJLP (3)	5.709	10.166	7.814	7.814	7.814	7.814	7.814	20.187	75.132
Total por Indexadores	2.767.392	2.068.283	882.307	1.053.889	1.038.762	330.657	7.814	20.187	8.169.291
Total Geral	2.769.379	2.072.452	882.307	1.053.889	1.038.762	330.657	7.814	20.187	8.175.447

(1) Índice Preço ao Consumidor Amplo – IPCA

(2) Certificado Depósito Interbancário – CDI

(3) Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moeda	Variação Acumulada no 1º Semestre 2017 %	Variação Acumulada no 1º Semestre 2016 %	Indexador	Variação Acumulada no 1º Semestre 2017 %	Variação Acumulada no 1º Semestre 2016 %
Euro	9,79	(16,68)	IPCA	1,18	4,42
-	-	-	CDI	5,61	6,72

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2016	8.633.671	8.643.585
Variação Monetária e Cambial	24.606	24.606
Encargos Financeiros Provisionados	543.718	543.718
Encargos Financeiros Pagos	(409.561)	(409.561)
Amortização de Financiamentos	(637.436)	(637.436)
Subtotal	8.154.998	8.164.912
(-) FIC Pampulha - títulos emitidos pela própria Companhia	(12.701)	10.535
Saldo em 30 de junho de 2017	8.142.297	8.175.447

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	7.739.072
Saldo Inicial Para Fins de Consolidação	7.739.072	-
Financiamentos Obtidos	1.965	1.965
Variação Monetária e Cambial	55.601	55.601
Encargos Financeiros Provisionados	541.819	541.819
Encargos Financeiros Pagos	(273.698)	(273.698)
Amortização de Financiamentos	(7.360)	(7.360)
Saldo em 30 de junho de 2016	8.057.399	8.057.399

Custos de empréstimos transferidos para investimentos

A Companhia não teve encargos de empréstimos e financiamentos vinculados a obras, transferidos para o Ativo Imobilizado no período de janeiro a junho de 2017.

Garantias

O saldo devedor dos empréstimos e financiamentos é garantido da seguinte forma:

	30/06/2017
Aval e Fiança	5.926.528
Recebíveis	353.931
Ações	1.855.682
Sem Garantia	6.156
TOTAL	8.142.297

Debêntures

As Debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações, possuem as seguintes características:

	Vcto.	Tipo garantia	Encargos Financeiros Anuais	Consolidado		Controladora	
				Saldo em 30/06/2017	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 30/06/2017	Saldo em 31/12/2016
1ª Série – 3ª Emissão	2017	Quirografária	CDI + 0,90%	-	543.208	-	543.208
2ª Série – 3ª Emissão	2019	Quirografária	IPCA + 6,00%	289.452	293.121	289.452	293.121
3ª Série – 3ª Emissão	2022	Quirografária	IPCA + 6,20%	970.246	983.506	970.246	983.506
Debêntures (1) – 1ª série – 5ª Emissão	2018	Quirografária	CDI + 1,70%	1.503.578	1.411.295	1.503.578	1.411.295
1ª Série – 6ª Emissão	2018	Quirografária	CDI*1,60%	1.106.371	1.037.973	1.106.371	1.037.973
2ª Série – 6ª Emissão	2020	Quirografária	IPCA + 8,07%	32.928	31.117	32.928	31.117
Debêntures (1) – 1ª série – 7ª Emissão	2021	Quirografária	140% do CDI	2.205.682	2.196.841	2.205.682	2.196.841
(-) Fic Pampulha				(20.794)	(27.102)	(3.476)	(17.188)
TOTAL				6.087.463	6.469.959	6.104.781	6.479.873

Para as Debêntures emitidas pela Companhia, não há cláusulas restritivas (“Covenants”), de repactuação, e debêntures em tesouraria. Há cláusula de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (“cross default”).

a) Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

A Companhia possui contratos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido Cemig GT	Índice Requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
Financiamento – BNDES (1)	Patrimônio Líquido da Garantidora / Ativo Total da Garantidora	-	Manter índice de capitalização de no mínimo 30%	Anual
Cédula de Crédito Bancário – B. Brasil (2)	Dívida Líquida da Avalista / EBITDA da Avalista	-	Manter índice igual ou inferior a: 5,26 em 2017 5,00 em 2018	Trimestral
7ª emissão de debêntures (3)	Dívida Líquida / (Ebitda + Dividendos Recebidos)	Manter índice igual ou inferior a: 5,5 em 2017 5,0 em 2018 4,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Manter índice igual ou inferior a: 4,5 em 2017 4,25 em 2018 3,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Semestral, a partir de junho de 2017

- (1) Caso não consiga atingir o índice requerido, a Companhia terá seis meses, contados do fim do exercício social em que o índice foi apurado, para: (i) constituir garantias reais que, segundo avaliação do BNDES, representem 130,00% do valor do saldo devedor do contrato; ou (ii) apresentar balancete, auditado por auditor cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que indique o retorno do índice requerido;
- (2) Cédula de Crédito Bancário emitida em favor do Banco do Brasil, em outubro de 2016, no valor de R\$600 milhões. Se for acordado com outros credores covenants financeiros adicionais ou mais restritivos, eles serão automaticamente incorporados na CCB.
- (3) 7ª emissão de debêntures da Cemig GT, em dezembro de 2016, no montante de R\$2.240 milhões.

Em 30 de junho de 2017, as cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento trimestral e semestral, referente a índice financeiro da Cemig Consolidado, foram atendidas. A cláusula restritiva com exigibilidade de cumprimento anual foi atendida em 31 de dezembro de 2016.

19. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Ativo				
Créditos junto à Eletrobrás (1)	5.392	48.379	5.392	48.379
	5.392	48.379	5.392	48.379
Passivo				
Compensação Financ.pela Utiliz. de Recursos Hídricos - CFURH	10.805	22.316	9.764	20.535
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	23.504	7.838	23.504	7.838
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	1.418	1.469	1.251	1.251
Prog.de Incentivo às Fontes Altern. de Energia Elétrica – PROINFA	6.778	7.720	6.778	7.721
Fundo Nacional de Desenv. Científico Tecnológico - FNDCT	1.792	4.057	1.418	3.659
Pesquisa e Desenvolvimento	167.848	152.472	165.339	151.146
Pesquisa Expansão Sistema Energético	1.013	2.151	848	1.969
	213.158	198.023	208.902	194.119
Ativo Circulante	5.392	48.379	5.392	48.379
Passivo Circulante	69.710	69.955	67.963	67.377
Passivo Não Circulante	143.448	128.068	140.939	126.742

(1) A Cemig GT solicitou à Aneel a revisão dos valores pagos, em exercícios anteriores, referentes à RGR em função da base de cálculo utilizada na época para cálculo do encargo. Somente após a conclusão da Aneel, em 2016, que julgou procedente o pedido da Cemig GT, conforme Nota Técnica Aneel 162/2016, é que a Cemig GT reconheceu o direito de recuperar o valor excedente pago, a ser compensado com RGR a pagar.

20. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2015 (Controladora)	310.946	277.652	6.173	126.699	721.470
Despesa Reconhecida no Resultado	21.944	19.193	427	8.562	50.126
Contribuições Pagas	(14.173)	(10.237)	(251)	(2.022)	(26.683)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2016 (Consolidado e Controladora)	318.717	286.608	6.349	133.239	744.913
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2016 (Consolidado e Controladora)	357.099	356.833	7.662	184.867	906.461
Despesa Reconhecida no Resultado	18.618	19.833	428	10.016	48.895
Contribuições Pagas	(17.681)	(11.406)	(271)	(876)	(30.234)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2017 (Consolidado e Controladora)	358.036	365.260	7.819	194.007	925.122
				30/06/2017	31/12/2016
Passivo Circulante				53.052	45.377
Passivo Não Circulante				872.070	861.084

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig GT, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado consolidado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$40.752 (R\$35.575 no primeiro semestre de 2016), mais os encargos e variação monetária financeira da dívida pactuada com a FORLUZ, no montante de R\$8.143 (R\$14.551 no primeiro semestre de 2016).

Contrato de equacionamento do déficit do Plano A da FORLUZ

Em maio de 2017, a FORLUZ e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram um Instrumento Particular de Assunção de Dívida para Cobertura de Déficit conforme plano de equacionamento de déficit do Plano A (Plano Saldado de Benefícios Previdenciários) aprovado pelo Conselho Deliberativo da FORLUZ em 15 de dezembro de 2016. Em 30 de junho de 2017, o montante total a ser pago pela Cemig GT em decorrência do déficit apurado no Plano A é de R\$64.979, com amortizações mensais até junho de 2031, calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato será extinto.

21. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

Consolidado	31/12/2016	Adições	Reversões	Liquidações	30/06/2017
Trabalhistas	46.286	14.739	-	(4.485)	56.540
Cíveis	364	31	-	(7)	388
Tributárias	7.145	67	(1.618)	-	5.594
Regulatórias	50	2.526	(4)	(498)	2.074
Outras	51.451	4.064	-	(502)	55.013
Total	105.296	21.427	(1.622)	(5.492)	119.609

Controladora	31/12/2016	Adições	Reversões	Liquidações	30/06/2017
Trabalhistas	46.286	14.724	-	(4.485)	56.525
Cíveis	364	31	-	(7)	388
Tributárias	7.145	67	(1.618)	-	5.594
Regulatórias	50	2.526	(4)	(498)	2.074
Outras	51.451	4.064	-	(502)	55.013
Total	105.296	21.412	(1.622)	(5.492)	119.594

	Controladora 31/12/2015	Adições	Reversões	Liquidações	Consolidado e Controladora 30/06/2016
Trabalhistas	44.559	3.627	(3.260)	(3.627)	41.299
Cíveis	305	35	-	-	340
Tributárias	5.161	2.065	(67)	(3)	7.156
Regulatórias	2.670	608	-	(263)	3.015
Outras	25.015	21.753	-	(105)	46.663
Total	77.710	28.088	(3.327)	(3.998)	98.473

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas Informações Contábeis Intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e da sua posição financeira.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível.

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$137.703 (R\$135.739 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$56.540 (R\$46.286 em 31 de dezembro de 2016) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), ao Programa de Integração Social (PIS), à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$138.957 (R\$114.865 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$5.594 (R\$7.145 em 31 de dezembro de 2016) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia é ré em processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a redução de contrato de fornecimento de energia elétrica, a limitação de procedimento para operação de barragem de usina, auto de infração decorrente de fiscalização do órgão regulador, dentre outras. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$21.730 (R\$20.958 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$2.074 (R\$50 em 31 de dezembro de 2016) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Quebra de Contrato – Prestação de Serviço de Limpeza de Faixas de Servidão e Aceiros

A Companhia é parte em discussões quanto alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros. O valor provisionado foi de R\$30.352 (R\$28.389 em 31 de dezembro de 2016), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão.

Outras Ações

A Companhia é parte em processo onde se discute a remoção de moradores em áreas de acesso ou sob as torres de linha de transmissão. O valor provisionado foi de R\$22.929 (R\$21.407 em 31 de dezembro de 2016), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão, amparada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$74.718 (R\$65.726 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$2.120 foram provisionados (R\$1.655 em 31 de dezembro de 2016). A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial.

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$41.860, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor R\$28.716, que atualizado representa o valor de R\$61.803 (R\$60.126 em 31 de dezembro de 2016), registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$71.331 (R\$68.403 em 31 de dezembro de 2016) e, com base nos argumentos acima, a Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados - PLR, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, Adicional Aposentadoria Especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$261.452 (R\$244.659 em 31 de dezembro de 2016). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e jurisprudência relativa à questão.

Não Homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e/ou DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R\$106.812 (R\$115.057 em 31 de dezembro de 2016) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida da base de cálculo da CSLL dos valores referentes às parcelas de: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$52.371 (R\$52.045 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Questões Regulatórias

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da Distribuidora e proceda, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$276.289 (R\$263.847 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE.

A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema (ESS) por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN), inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE), da qual a Companhia é associada, obteve liminar suspendendo os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

Em decorrência da Liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira de abril a dezembro de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores à Resolução mencionada. Dessa forma, a Companhia efetuou o registro dos custos do ESS em conformidade aos critérios de liquidação financeira divulgados pela CCEE, sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

Os pedidos da Autora (APINE) foram julgados procedentes em primeira instância, confirmando o provimento liminar concedido às suas associadas, dentre elas a Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias. Esta decisão foi objeto de Recurso de Apelação distribuído à 7ª Turma do TRF – 1ª Região, que aguarda julgamento.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$192.969 (R\$182.232 em 31 de dezembro de 2016). Apesar da decisão favorável em 1ª instância, os assessores jurídicos da Associação ainda consideraram o risco de perda desta contingência como possível, com o que a Companhia concorda uma vez que ainda não há elementos que permitam prever o resultado do julgamento do Recurso de Apelação interposto pela União Federal.

Questões Ambientais

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, determinada associação e particulares distribuíram Ações Cíveis Públicas (ACP's) e Ações Populares requerendo que a Companhia invista, no mínimo, 0,5% da receita operacional bruta anual das usinas Emborcação, Pissarrão, Funil, Volta Grande, Poquim, Paraúna, Miranda, Nova Ponte, Rio de Pedras e Peti, desde 1997, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos existentes nos municípios onde estão localizadas as usinas, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/1997. A Companhia interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF), e baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que se trata de discussão de matéria de índole infraconstitucional (existência de Lei Federal com objeto análogo) e matéria constitucional no que se refere à constitucionalidade ou não da norma estadual, portanto, a decisão final compete ao STJ e ao STF. Nenhuma provisão foi constituída, uma vez que a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível e o valor da contingência é de R\$125.203 (R\$112.704 em 31 de dezembro de 2016).

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações cíveis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda

nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R\$76.702 (R\$73.169 em 31 de dezembro de 2016).

Outras Questões Ambientais

A Companhia está envolvida em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$10.676 (R\$30.839 em 31 de dezembro de 2016), para os quais não há saldo provisionado pois a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível.

Outros Passivos Contingentes

Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009 nos processos em aberto. Em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.

O valor estimado da diferença entre os índices de correção monetária dos processos trabalhistas é de R\$19.247 (R\$17.052 em 31 de dezembro de 2016), e nenhuma provisão adicional foi constituída, em decorrência da Companhia, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, ter avaliado a probabilidade de perda como possível, em decorrência da decisão do STF e da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado ou análise da doutrina acerca do tema, após a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 30 de junho de 2017, o Capital Social da Companhia é de R\$1.837.710, representado por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais.

Lucro (Prejuízo) por ação – básico e diluído

O Lucro por ação foi calculado com base na média ponderada do número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	30/06/2017	30/06/2016	Abr a Jun/17	Abr a Jun/16
Quantidade de Ações	2.896.785.358	2.896.785.358	2.896.785.358	2.896.785.358
Lucro (Prejuízo) do período	530.552	310.643	345.562	371.940
Lucro (Prejuízo) por ação – básico e diluído (em R\$)	0,1832	0,1072	0,1193	0,1284

As opções de venda de investimentos descritas na nota explicativa nº 13 tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocaram diluição no lucro por ação nos períodos apresentados.

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Em 10 de fevereiro de 2017, o Conselho de Administração deliberou autorizar o aumento de capital no montante de R\$100.000, na forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, o qual será capitalizado, por meio de deliberação específica em Assembleia Geral Extraordinária.

Reservas de Lucros

	30/06/2017	31/12/2016
Reservas de Lucros		
Reserva Legal	119.307	119.307
Reserva Incentivos Fiscais – SUDENE	47.062	44.870
Reserva de Retenção de Lucros	2.310.482	2.310.482
	2.476.851	2.474.659

23. RECEITA

A composição da Receita da Companhia é conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	3.333.959	3.034.732	3.121.439	3.018.493
Receita de Transmissão – com impostos (b)	241.400	192.100	241.950	192.100
Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga * (c)	150.477	148.694	-	115.274
Receita de Construção (d)	7.025	31.634	7.025	31.634
Transações com energia na CCEE (e)	412.075	51.853	411.312	51.853
Receita de Indenização da Transmissão (f)	269.855	592.469	269.855	592.469
Outras receitas operacionais	17.356	13.789	24.883	13.788
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (g)	(762.977)	(718.453)	(712.196)	(716.640)
	3.669.170	3.346.818	3.364.268	3.298.971

(*) Em 2016, os valores estão apresentados líquidos da atualização financeira da parcela remanescente a pagar pela Outorga

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/17	Abr a Jun/16	Abr a Jun/17	Abr a Jun/16
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	1.763.569	1.498.530	1.654.721	1.482.291
Receita de Transmissão – com impostos (b)	114.340	97.617	114.678	97.617
Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga (c)	70.970	67.928	-	34.508
Receita de Construção (d)	4.105	24.946	4.105	24.946
Transações com energia na CCEE (e)	192.062	47.553	192.991	47.553
Receita de Indenização da Transmissão (f)	204.025	561.225	204.025	561.225
Outras receitas operacionais	7.164	7.341	10.174	7.340
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (g)	(361.348)	(359.384)	(334.119)	(357.571)
	1.994.887	1.945.756	1.846.575	1.897.909

(a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Consolidado				Controladora			
	30/06/2017		30/06/2016		30/06/2017		30/06/2016	
	MWh (1)	R\$						
Industrial	7.062.196	1.640.636	7.412.716	1.653.775	6.657.911	1.548.370	7.412.716	1.653.775
Comercial	1.058.806	268.714	372.147	97.426	1.058.806	268.714	372.147	97.426
Rural	3.660	537	-	-	3.660	537	-	-
Subtotal	8.124.662	1.909.887	7.784.863	1.751.201	7.720.377	1.817.621	7.784.863	1.751.201
Fornec. Não Faturado, Líquido	-	23.571	-	68.100	-	7.958	-	68.100
	8.124.662	1.933.458	7.784.863	1.819.301	7.720.377	1.825.579	7.784.863	1.819.301
Suprim. Outras Concessionárias (2)	5.777.612	1.475.050	5.864.013	1.215.637	5.777.612	1.356.742	5.864.013	1.199.398
Suprimento não Faturado Líquido	-	(74.549)	-	(206)	-	(60.882)	-	(206)
	13.902.274	3.333.959	13.648.876	3.034.732	13.497.989	3.121.439	13.648.876	3.018.493

	Consolidado				Controladora			
	Abr a Jun/17		Abr a Jun/16		Abr a Jun/17		Abr a Jun/16	
	MWh (1)	R\$						
Industrial	3.628.119	850.468	3.602.752	823.050	3.373.679	792.570	3.602.752	823.050
Comercial	563.620	145.050	207.548	55.979	563.620	145.050	207.548	55.979
Rural	3.660	537	-	-	3.660	537	-	-
Subtotal	4.195.399	996.055	3.810.300	879.029	3.940.959	938.157	3.810.300	879.029
Fornec. Não Faturado, Líquido	-	7.334	-	(4.300)	-	8.200	-	(4.300)
	4.195.399	1.003.389	3.810.300	874.729	3.940.959	946.357	3.810.300	874.729
Suprim. Outras Concessionárias (2)	2.866.338	759.223	3.136.067	680.299	2.866.338	707.407	3.136.067	664.060
Suprimento não Faturado Líquido	-	957	-	(56.498)	-	957	-	(56.498)
	7.061.737	1.763.569	6.946.367	1.498.530	6.807.297	1.654.721	6.946.367	1.482.291

(1) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes.

(2) Inclui Contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras e contratos bilaterais com outros agentes.

(b) Receita de Concessão de Transmissão

A Receita de Transmissão compreende a parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente à operação e manutenção da rede de linhas de transmissão pertencentes ao Sistema Nacional Interligado – SIN, denominada Rede Básica, representada pela Receita Anual Permitida – RAP.

(c) Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão do lote D do Leilão 12/2015. Mais detalhes vide nota explicativa nº 12 destas Informações Contábeis Intermediárias.

(d) Receita de Construção

A Receita de Construção corresponde aos investimentos em ativos da concessão de transmissão realizados pela Companhia no período e é totalmente compensada pelos custos de construção.

(e) Receita de Transações com energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A receita com transações com energia na CCEE corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo, no âmbito da CCEE.

(f) Receita de Indenização da Transmissão

No primeiro semestre de 2017 a Companhia reconheceu receita no valor total de R\$269.855 sendo R\$120.600 correspondentes à atualização, pelo IPCA, do saldo de indenização a receber existente em dezembro de 2016 e R\$149.255 referente ao ajuste da BRR dos ativos de transmissão, conforme Nota Técnica Aneel nº 183/2017. Mais detalhes vide nota explicativa nº 12 destas Informações Contábeis Intermediárias.

(g) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Tributos sobre a Receita				
ICMS	285.102	260.574	268.495	260.574
COFINS	290.438	257.875	267.994	256.385
PIS-PASEP	63.049	55.985	58.177	55.662
ISSQN	1.006	619	1.006	619
	639.595	575.053	595.672	573.240
Encargos do Consumidor				
Reserva Global de Reversão - RGR	(1.007)	14.364	(1.007)	14.364
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	31.572	17.669	31.572	17.669
PROINFA	19.577	20.021	19.577	20.021
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	8.499	10.864	7.404	10.864
Fundo Nacional de Desen.Científico e Tecnológico - FNDCT	8.499	10.864	7.404	10.864
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	4.250	5.432	3.702	5.432
Taxa deFiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	8.211	9.605	7.203	9.605
Compensação Financ. Pela Utilização Recursos Hídricos - CFURH	43.781	54.581	40.669	54.581
	123.382	143.400	116.524	143.400
	762.977	718.453	712.196	716.640

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/17	Abr a Jun/16	Abr a Jun/17	Abr a Jun/16
Tributos sobre a Receita				
ICMS	148.738	132.267	138.318	132.267
COFINS	146.946	128.127	135.913	126.637
PIS-PASEP	31.899	27.816	29.503	27.493
ISSQN	457	331	457	331
	328.040	288.541	304.191	286.728
Encargos do Consumidor				
Reserva Global de Reversão - RGR	(10.386)	6.286	(10.386)	6.286
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	3.823	8.789	3.823	8.789
PROINFA	9.914	10.179	9.914	10.179
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	3.268	5.346	2.723	5.346
Fundo Nacional de Desen.Científico e Tecnológico - FNDCT	3.268	5.346	2.723	5.346
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	1.634	2.673	1.361	2.673
Taxa deFiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	4.107	4.803	3.601	4.803
Compensação Financ. Pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	17.680	27.421	16.169	27.421
	33.308	70.843	29.928	70.843
	361.348	359.384	334.119	357.571

24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Pessoal (a)	211.565	198.387	205.228	197.865
Participação dos Empregados no Resultado	5.624	626	5.624	626
Obrigações Pós-Emprego	40.752	35.575	40.752	35.575
Materiais	5.737	7.018	4.971	7.007
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	45	27	45	27
Serviços de Terceiros (b)	63.790	69.742	56.603	69.246
Depreciação e Amortização	86.333	94.083	86.304	94.083
Provisões	61.407	51.640	61.392	51.640
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	166.056	147.875	149.826	147.875
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	1.714.863	1.468.153	1.693.189	1.468.153
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão (d)	7.025	31.634	7.025	31.634
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos (e)	27.714	32.118	26.420	32.113
	2.390.911	2.136.878	2.337.379	2.135.844

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/17	Abr a Jun/16	Abr a Jun/17	Abr a Jun/16
Pessoal (a)	120.220	100.925	116.866	100.403
Participação dos Empregados no Resultado	1.187	626	1.187	626
Obrigações Pós-Emprego	20.687	18.994	20.687	18.994
Materiais	3.215	4.808	2.840	4.797
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	6	9	6	9
Serviços de Terceiros (b)	37.089	34.237	32.117	33.741
Depreciação e Amortização	45.159	47.124	45.138	47.124
Provisões	5.840	29.801	5.825	29.801
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	84.120	73.899	75.449	73.899
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	980.581	807.835	961.385	807.835
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão (d)	4.105	24.946	4.105	24.946
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos (e)	8.176	10.382	7.863	10.377
	1.310.385	1.153.586	1.273.468	1.152.552

a) Despesas com Pessoal

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2017)

Em março de 2017, a Companhia aprovou o Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2017), sendo elegíveis para requerer a adesão os empregados que tiverem tempo de serviço na Cemig igual ou superior a 25 anos até 31 de dezembro de 2017. O PDVP 2017 terá o seu período de adesão entre 03 de abril de 2017 e 29 de setembro de 2017 e prevê o pagamento de um prêmio adicional de 5 remunerações para os empregados que fizerem a adesão em abril de 2017, cujo desligamento ocorrerá em maio de 2017, sendo o prêmio reduzido de forma progressiva de acordo com o mês de adesão. Portanto, para o empregado que fizer a adesão em agosto de 2017, cujo desligamento ocorrerá em setembro de 2017, terá direito a um prêmio correspondente a uma remuneração. Não existirá prêmio para os empregados que se desligarem a partir de 1º de setembro de 2017. Também ocorrerá o pagamento das verbas rescisórias previstas em lei, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação. Em 30 de junho de 2017, o montante apropriado como despesa relativa ao PDVP 2017, incluindo as verbas rescisórias, foi de R\$37.616, correspondente a adesão, até a data mencionada, de 174 empregados.

b) Serviço de Terceiros

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Comunicação	1.625	2.031	1.579	2.031
Manutenção e Conservação de Instalações e Equip. Elétricos	8.460	8.182	5.973	8.182
Conservação e Limpeza de Prédios	12.339	13.379	10.080	12.921
Mão de Obra Contratada	1.935	2.160	1.935	2.160
Fretes e Passagens	1.085	897	1.080	897
Hospedagem e Alimentação	1.601	1.381	1.507	1.381
Vigilância	6.069	6.749	5.231	6.749
Consultoria	2.518	3.179	2.518	3.179
Manutenção e Conservação de Móveis Utensílios	281	335	272	335
Tecnologia da Informação	5.625	4.909	5.618	4.889
Manutenção e Conservação de Veículos	106	111	96	111
Energia Elétrica	2.351	2.468	2.128	2.450
Meio Ambiente	6.901	6.457	6.168	6.457
Limpeza de Faixas	734	1.020	702	1.020
Serviços de Reprografia	576	562	571	562
Serviços advocatícios e Custas Processuais	1.916	1.767	1.916	1.767
Outros	9.668	14.155	9.229	14.155
	63.790	69.742	56.603	69.246

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/17	Abr a Jun/16	Abr a Jun/17	Abr a Jun/16
Comunicação	1.046	1.185	1.021	1.185
Manutenção e Conservação de Instalações e Equip. Elétricos	5.331	5.220	3.267	5.220
Conservação e Limpeza de Prédios	7.558	6.163	5.987	5.705
Mão de Obra Contratada	846	1.381	846	1.381
Fretes e Passagens	687	568	685	568
Hospedagem e Alimentação	922	898	879	898
Vigilância	3.147	3.404	2.732	3.404
Consultoria	1.475	1.191	1.475	1.191
Manutenção e Conservação de Móveis Utensílios	195	196	191	196
Tecnologia da Informação	4.444	1.360	4.437	1.360
Manutenção e Conservação de Veículos	43	65	36	65
Energia Elétrica	1.247	1.271	1.106	1.253
Meio Ambiente	2.669	3.498	2.258	3.498
Limpeza de Faixas	589	543	574	543
Serviços de Reprografia	292	280	292	280
Serviços advocatícios e Custas Processuais	1.354	1.083	1.354	1.083
Outros	5.244	5.931	4.977	5.911
	37.089	34.237	32.117	33.741

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Energia de curto prazo - CCEE	39.388	37.808	15.982	37.808
Energia adquirida no Ambiente Livre	1.824.252	1.573.903	1.824.252	1.573.903
Créditos de PASEP/COFINS	(148.777)	(143.558)	(147.045)	(143.558)
	1.714.863	1.468.153	1.693.189	1.468.153

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2017	Abr a Jun/2016	Abr a Jun/2017	Abr a Jun/2016
Energia de curto prazo - CCEE	25.173	27.270	4.498	27.270
Energia adquirida no Ambiente Livre	1.036.149	858.039	1.036.149	858.039
Créditos de PASEP/COFINS	(80.741)	(77.474)	(79.262)	(77.474)
	980.581	807.835	961.385	807.835

d) Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Pessoal	565	640	565	640
Materiais	3.741	19.108	3.741	19.108
Serviços de Terceiros	3.261	11.857	3.261	11.857
Outros	(542)	29	(542)	29
	7.025	31.634	7.025	31.634

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2017	Abr a Jun/2016	Abr a Jun/2017	Abr a Jun/2016
Pessoal	81	496	81	496
Materiais	3.131	12.900	3.131	12.900
Serviços de Terceiros	2.051	11.522	2.051	11.522
Outros	(1.158)	28	(1.158)	28
	4.105	24.946	4.105	24.946

e) Outras Despesas Operacionais Líquidas

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Arrendamentos e Aluguéis	7.305	10.416	7.004	10.416
Propaganda e Publicidade	87	848	87	848
Subvenções e Doações	1.161	1.715	479	1.715
Despesa Concessão Onerosa	1.529	1420	1.529	1420
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	933	998	832	996
Contribuição ao MAE	1.991	2.061	1.991	2.061
Seguros	1.891	1.775	1.891	1.775
Prejuízo (Ganho) Líquido na Desativação e Alienação de Bens	1.696	233	1.696	233
FORLUZ – Custeio Administrativo	2.897	2.783	2.897	2.783
Outros	8.224	9.869	8.014	9.866
	27.714	32.118	26.420	32.113

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/17	Abr a Jun/16	Abr a Jun/17	Abr a Jun/16
Arrendamentos e Aluguéis	2.330	4.709	2.169	4.709
Propaganda e Publicidade	69	167	69	167
Subvenções e Doações	329	470	329	470
Despesa Concessão Onerosa	777	786	777	786
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	721	244	690	242
Contribuição ao MAE	997	1.026	997	1.026
Seguros	813	727	813	727
Prejuízo (Ganho) Líquido na Desativação e Alienação de Bens	99	78	99	78
FORLUZ – Custeio Administrativo	1.457	1.441	1.457	1.441
Outros	584	734	463	731
	8.176	10.382	7.863	10.377

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia.

25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	40.341	42.918	22.197	42.893
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	5.116	6.684	4.289	6.684
Variação Monetária	4.110	16.360	4.110	16.360
Variação Monetária s/ Depósitos Vinculados	8.742	4.987	8.742	4.987
Ajuste a Valor Presente	-	721	-	721
Rendas de Antecipação de Pagamento	27.759	9.357	27.757	9.357
PASEP/COFINS sobre Receitas Financeiras	(3.833)	(5.108)	(3.237)	(5.108)
Variações Cambiais	-	2.158	-	2.158
Outras	2.524	4.734	2.515	4.733
	84.759	82.811	66.373	82.785
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(543.718)	(541.819)	(543.718)	(541.819)
Variação Monetária – Forluz	(8.143)	(14.551)	(8.143)	(14.551)
Variação Monetária – Emp. e Financiamentos	(23.894)	(57.740)	(23.894)	(57.740)
Variações Monetárias – Concessão Onerosa	742	(2.755)	742	(2.755)
Variações Monetárias	(6.869)	(6.730)	(6.781)	(6.730)
Variações Cambiais	(722)	(4)	(722)	(4)
Ajuste a Valor Presente	(1.606)	-	(1.606)	-
Variações Monetárias – Venda Antecipada Energia	(24.680)	-	(24.680)	-
Variações Monetárias – Obrigações com a CCEE	-	(13.844)	-	(13.844)
Outras	(9.232)	(14.453)	(9.204)	(14.453)
	(618.122)	(651.896)	(618.006)	(651.896)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(533.363)	(569.085)	(551.633)	(569.111)

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/17	Abr a Jun/16	Abr a Jun/17	Abr a Jun/16
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	17.634	23.813	7.970	23.788
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	2.353	3.069	1.588	3.069
Variação Monetária	1.938	4.852	1.938	4.852
Variação Monetária sobre Depósitos Vinculados	6.231	3.275	6.231	3.275
Ajuste a Valor Presente	-	377	-	377
Rendas de Antecipação de Pagamento	13.069	4.044	13.067	4.044
PASEP/COFINS sobre Receitas Financeiras	(1.796)	(1.862)	(1.468)	(1.862)
Variações Cambiais	-	2.158	-	2.158
Outras	752	448	747	447
	40.181	40.174	30.073	40.148
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(246.390)	(277.360)	(246.390)	(277.360)
Variação Monetária – Forluz	(3.760)	(6.069)	(3.760)	(6.069)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(8.556)	(21.545)	(8.556)	(21.545)
Variações Monetárias – Concessão Onerosa	1.122	(1.327)	1.122	(1.327)
Variações Monetárias	(3.204)	(3.542)	(3.155)	(3.542)
Variações Cambiais	(722)	(4)	(722)	(4)
Ajuste a Valor Presente	(1.606)	-	(1.606)	-
Variações Monetárias – Venda Antecipada Energia	(12.119)	-	(12.119)	-
Variações Monetárias – Obrigações com a CCEE	-	3.972	-	3.972
Outras	(2.995)	(13.515)	(2.992)	(13.515)
	(278.230)	(319.390)	(278.178)	(319.390)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(238.049)	(279.216)	(248.105)	(279.242)

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	Consolidado e Controladora 30/06/2017	Consolidado e Controladora 31/12/2016	Consolidado e Controladora 30/06/2017	Consolidado e Controladora 31/12/2016	Consolidado e Controladora 30/06/2017	Controladora 30/06/2016	Consolidado e Controladora 30/06/2017	Controladora 30/06/2016
Controlador								
CEMIG								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	-	-	-	-	(1.736)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	605.000	605.000	-	-	-	-
Controlada em conjunto								
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	-	-	10.513	-	(212.341)	(194.207)
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	-	-	209	-	(35.085)	(27.903)
Prestação de Serviço (3)	1.636	3.673	-	-	5.373	5.032	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	21.876	-	-	-	-	-	-	-
Norte Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	130	-	-	-	2.926	-	-	-
Baguari Energia								
Circulante								
Prestação de Serviço (3)	274	398	-	-	431	-	-	-
Lightger								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	-	-	-	-	(10.463)	(10.076)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	642	-	-	-	-	-	-	-
Retiro Baixo								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	813	-	-	-	-	-	(678)	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	2.146	2.146	-	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Pipoca								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	1.188	1.228	-	-	(7.172)	(8.694)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	1.284	-	-	-	-	-	-	-
Guanhães Energia								
Circulante								
Ajuste para perdas (4)	-	-	-	59.071	-	-	-	-
Prestação de Serviço (3)	568	241	-	-	332	-	-	-
Renova								
Circulante								
Contas a receber (5)	40.730	-	-	-	-	-	-	-
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	1.705	-	-	-	(102.750)	(73.749)
Não Circulante								
Contas a receber (5)	39.276	73.722	-	-	-	-	-	-
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (6)	249.256	229.053	-	-	-	-	-	-
Central Eólica Praias Parajuru								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	406	-	-	-	-	-	-	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia (EATE)								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	1.272	-	-	-	(5.723)	(5.208)
Companhia Transirapé de Transmissão								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	68	70	-	-	(317)	(248)
Prestação de Serviço (3)	90	301	-	-	634	497	-	-
Light								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	1.794	464	405	406	24.291	36.121	(512)	-
TAESA								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	5.192	5.215	-	-	(23.179)	(19.583)

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	Consolidado e Controladora 30/06/2017	Consolidado e Controladora 31/12/2016	Consolidado e Controladora 30/06/2017	Consolidado e Controladora 31/12/2016	Consolidado e Controladora 30/06/2017	Controladora 30/06/2016	Consolidado e Controladora 30/06/2017	Controladora 30/06/2016
Outras partes relacionadas								
Cemig Distribuição								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	-	5.132	4.924	-	-
Operações com Energia Elétrica (2)	19.549	17.137	2.363	3.124	91.521	57.390	(21.294)	(18.589)
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	5.132	621	-	-	-	-	-	-
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e Equivalentes	165.212	260.908	-	-	-	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	335.509	350.220	-	-	16.946	21.018	-	-
(-) Títulos emitidos pela própria Companhia (7)	(34.180)	(20.781)	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	11.521	19.358	-	-	-	-	-	-
(-) Títulos emitidos pela própria Companhia (7)	(5.623)	(6.321)	-	-	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (8)	-	-	27.311	19.497	-	-	(18.618)	(21.944)
Custeio Administrativo (9)	-	-	-	-	-	-	(2.897)	(2.783)
Arrendamento Operacional (10)	-	-	3.129	3.129	-	-	(7.012)	(1.992)
Não Circulante								
Obrigações Pós-emprego (8)	-	-	330.725	337.602	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (11)	-	-	24.133	23.024	-	-	(20.261)	(19.620)
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (11)	-	-	348.946	341.471	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

- (1) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).
- (3) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usina;
- (4) Em 2016, foi reconhecido um passivo correspondente à participação da Companhia no Capital Social da Guanhães em função de seu Patrimônio Líquido negativo. (vide Nota Explicativa nº 13);
- (5) A Cemig GT possui um contas a receber junto à Renova Energia, no montante de R\$60.000 que será liquidado através de um pagamento inicial de R\$6 milhões, a ser realizado até 10 de janeiro de 2018, e 11 parcelas mensais sucessivas, com o vencimento final em dezembro de 2018, com atualização pela variação de 150% do CDI;
- (6) Em 2016, foram antecipados pela Cemig GT à Renova Comercializadora, no âmbito do Contrato, R\$212.000, tendo sido constituídas garantias com determinados ativos da Renova. Para efeito de quitação, este valor será atualizado a uma taxa de 155% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e compensado com os faturamentos que serão realizados pela Renova, em função do suprimento de energia;
- (7) O FIC Pampulha possui aplicações financeiras em títulos emitidos pela própria Companhia. Mais informações e características do fundo no texto descritivo abaixo;
- (8) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024 (vide Nota Explicativa nº 20);
- (9) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (10) Aluguel das sedes administrativas da Companhia com vigência até março de 2019 e maio de 2034;
- (11) Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide Nota Explicativa nº 20).

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nº 7, 16 e 23.

Aplicações em fundo de investimento – FIC Pampulha

A Cemig GT aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão contabilizados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante em 30 de junho de 2017, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	30/06/2017			31/12/2016		
				Cemig GT 4,54%	Demais controladas 22,61% (1)	Total (consolidado) 27,15%	Cemig GT 20,86%	Demais controladas 12,03% (1)	Total (consolidado) 32,92%
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	459	2.286	2.745	2.110	1.217	3.327
Axxiom	Debêntures	109,00% do CDI	29/01/2017	-	-	-	1.194	688	1.882
				459	2.286	2.745	3.304	1.905	5.209

(1) Referem-se às demais empresas consolidadas pela Cemig GT, que também possuem participação nos fundos de investimentos.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, no período de janeiro a junho de 2017 e 2016, são demonstrados na tabela abaixo:

	30/06/2017	30/06/2016
Remuneração	2.094	1.700
Participação nos Resultados	37	(223)
Benefícios Assistenciais	177	173
	2.308	1.650

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e suas controladas estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, Ativo Financeiro da Concessão, Ativos de Concessões de Geração, Fundos Vinculados, Depósitos Vinculados a Litígios, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com concessões a pagar e fornecedores, Obrigações Pós-Emprego e Opções de Venda, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, de acordo com o Regime de Competência.

Vide nota explicativa nº 1 sobre as diversas iniciativas da Companhia que têm por objetivo aumentar a liquidez através da celebração de novos contratos de financiamento ou refinanciamento das obrigações existentes e possível alienação de ativos que não fazem parte da atividade-fim. Qualquer rebaixamento adicional das notas de crédito pode ter consequências negativas sobre a capacidade da CEMIG GT de obter financiamento ou pode impactar o custo do financiamento, dificultando ou onerando ainda mais o refinanciamento das obrigações a vencer. Qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da CEMIG GT pode ser contratado com base em taxas de juros maiores e pode exigir que a Companhia cumpra cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia restringir ainda mais as atividades operacionais.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos inicialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Fundos Vinculados, Depósitos Vinculados a Litígios, Ativos Financeiros não abarcados pela Lei de nº 12.783/13, Ativos Financeiros relacionados ao Leilão 12/2015 de usinas de geração e os Ativos de Concessões de Geração. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos.
- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria Títulos e Valores Mobiliários mantidos para negociação e Opção de Venda. São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos, diretamente, no resultado.
- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários, no montante de R\$44.211 em 30 de junho de 2017 e R\$28.271 em 31 de dezembro de 2016, incluído na nota explicativa nº 6. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. O valor justo, no montante de R\$43.942 em 30 de junho de 2017 e R\$28.143 em 31 de dezembro de 2016, foi mensurado considerando informações do Nível 2.

- Instrumentos Financeiros disponíveis para venda: encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão abarcados pela Lei de nº 12.783/13. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Informações Contábeis Intermediárias;
- Outros passivos financeiros - passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ), concessões a pagar e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa de 140% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures com taxas anuais entre IPCA + 6,00% a 8,07%, CDI + 2,00% a 4,05%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil. Para os financiamentos do BNDES o valor justo conceitualmente é similar ao saldo contábil, devido às características específicas das operações;
- Passivos mensurados a valor justo - passivo financeiro referente a opção de venda: a opção de venda de cotas do Fip Melbourne e Fip Malbec (“PUT SAAG”) foi mensurada pelo valor justo mediante a utilização do método Black-Scholes-Merton (BSM). Até o terceiro trimestre de 2016, a opção era calculada utilizando-se o método de fluxo de caixa descontado tendo adotado, à partir do quarto trimestre 2016, o método BSM.

Os saldos contábeis são similares aos valores justos dos instrumentos financeiros, exceto quanto aos empréstimos, cujo saldo contábil é de R\$8.142.297 (R\$8.663.671 em 31 de dezembro de 2016) e valor justo de R\$8.093.950 (R\$8.301.021 em 31 de dezembro de 2016), sendo a mensuração de Nível 2 utilizando como referência passivos similares.

a) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (hedge) aos Riscos de Câmbio, juros e inflação, as quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig Geração e Transmissão não tem exposição relevante em relação ao risco de elevação das taxas de câmbio em relação ao Real.

Risco de Taxa de juros

A Companhia está exposta aos riscos de elevação das taxas de juros nacionais, em 30 de junho de 2017. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da companhia às taxas de juros nacionais	Consolidado		Controladora	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Ativos				
Equivalentes de Caixa - Aplicações (nota 5)	441.583	424.965	395.746	358.441
Títulos e Valores Mobiliários (nota 6)	466.897	437.084	115.256	282.153
Contas a Receber – Renova (nota 26)	80.005	74.630	80.005	74.630
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (nota 26)	249.256	229.053	249.256	229.053
Ativos Financeiros da Concessão (nota 12)	480.036	482.281	480.036	482.281
Fundos Vinculados	973	891	902	887
	1.718.750	1.648.904	1.321.201	1.427.445
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures CDI (nota 18)	(6.768.198)	(7.239.433)	(6.801.348)	(7.239.433)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures TJLP (nota 18)	(75.132)	(78.893)	(75.132)	(78.893)
Venda Antecipada de Energia Elétrica (nota 7)	(263.440)	(181.200)	(263.440)	(181.200)
	(7.106.770)	(7.499.526)	(7.139.920)	(7.499.526)
Passivo Líquido Exposto	(5.388.020)	(5.850.622)	(5.818.719)	(6.072.081)

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevantes, a Companhia estima, que, em um cenário provável em 30 de junho de 2018, as taxas SELIC e TJLP serão de 8,50% e 6,00%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50%. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários da Companhia, com base nos seus consultores financeiros.

Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais	30/06/2017	30 de junho de 2018		
	Valor Contábil	Cenário SELIC 8,50% TJLP 6,00%	Cenário SELIC 10,63% TJLP 7,50%	Cenário SELIC 12,75% TJLP 9,00%
Ativos				
Equivalentes de Caixa - Aplicações (nota 5)	441.583	479.118	488.523	497.885
Títulos e Valores Mobiliários (nota 6)	466.897	506.583	516.528	526.426
Contas a Receber – Renova – CDI (nota 26)	80.005	86.805	94.184	102.190
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (nota 26)	249.256	270.443	293.430	318.372
Ativos Financeiros da Concessão (12)	480.036	520.839	531.064	541.241
Fundos Vinculados	973	1.056	1.076	1.097
	1.718.750	1.864.844	1.924.805	1.987.211
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - CDI (nota 18)	(6.768.198)	(7.343.495)	(7.487.657)	(7.631.143)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - TJLP (nota 18)	(75.132)	(79.640)	(80.767)	(81.894)
Venda Antecipada de Energia Elétrica (nota 7)	(263.440)	(285.832)	(291.444)	(297.029)
	(7.106.770)	(7.708.967)	(7.859.868)	(8.010.066)
Passivo Líquido Exposto	(5.388.020)	(5.844.123)	(5.935.062)	(6.022.855)
Efeito Líquido da Variação da SELIC		(456.103)	(547.042)	(634.835)

Risco de Elevação da Inflação

A Companhia não está exposta ao risco de elevação da inflação em 30 de junho de 2017 em função de ter mais ativos que passivos indexados à variação dos indicadores de inflação, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da companhia à elevação da inflação	Consolidado		Controladora	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Ativos				
Bonificação de outorga - IPCA	2.293.014	2.253.765	-	-
Ativos Financeiros da Concessão – IPCA	2.075.085	1.805.230	2.075.085	1.805.230
	4.368.099	4.058.995	2.075.085	1.805.230
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 18)	(1.292.811)	(1.307.929)	(1.292.811)	(1.307.929)
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	(171.394)	(178.099)	(171.394)	(178.099)
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão (FORLUZ)	(64.979)	-	(64.979)	-
	(1.529.184)	(1.486.028)	(1.529.184)	(1.486.028)
Ativo Líquido	2.838.915	2.572.967	545.901	319.202

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de junho de 2018, a taxa IPCA será de 4,79%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50%.

Risco - Elevação da inflação Consolidado	30 de junho de 2017	30 de junho de 2018		
	Valor Contábil	Cenário IPCA 4,79%	Cenário IPCA 5,99%	Cenário IPCA 7,19%
Ativos				
Ativos Financeiros da Concessão – IPCA (12)	2.075.085	2.174.482	2.199.383	2.224.284
Bonificação de Outorga - IPCA	2.293.014	2.402.849	2.430.366	2.457.882
	4.368.099	4.577.331	4.629.749	4.682.166
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures- IPCA (nota 18)	(1.292.811)	(1.354.737)	(1.370.250)	(1.385.764)
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	(171.394)	(179.604)	(181.661)	(183.717)
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão (FORLUZ)	(64.979)	(68.091)	(68.871)	(69.651)
	(1.529.184)	(1.602.432)	(1.620.782)	(1.639.132)
Ativo Líquido	2.838.915	2.974.899	3.008.967	3.043.034
Efeito Líquido da Variação da inflação		135.984	170.052	204.119

Risco de Liquidez

A Cemig Geração e Transmissão apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios restritivos e estabelecidos em Política de Aplicações, aprovada pelo Comitê de Riscos Financeiros, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca, também, retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar redução da receita caso ocorra a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica.

Na data base destas Informações Contábeis Intermediárias, a Companhia (controladora e consolidado) apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes.

Na nota explicativa nº 1 são mencionadas as diversas iniciativas da Companhia para aumentar a sua liquidez através de novos financiamentos ou pelo refinanciamento das atuais obrigações. Qualquer redução nos *ratings* da Companhia podem ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia adicionalmente causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, podem ser observadas na tabela a seguir:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Fornecedores	432.083	9.137	-	-	-	441.220
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	661.180	1.419.522	1.486.453	6.235.307	36.455	9.838.917
Concessões a pagar	249	734	1.867	9.391	14.597	26.838
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	2.485	7.474	20.437	135.733	77.492	243.621
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão (FORLUZ) (nota 20)	563	1.700	4.650	30.894	92.348	130.155
	1.096.560	1.438.567	1.513.407	6.411.325	220.892	10.680.751

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa de 30 de junho de 2017, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$4.109.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004 e é revisada anualmente.

A Cemig GT administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Informações Contábeis Intermediárias.

Como instrumento de gestão, a Cemig GT divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos;
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões;
3. Índice de Basiléia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL) (1)
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 80%	Entre 6% e 9%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5% e 8%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5% e 7%

(1) o percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos a Cemig estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia possui contratos de financiamento com cláusula restritiva (“*covenant*”) referentes a índices financeiros da Cemig GT e sua controladora, e cláusulas de “*cross default*”.

Em 30 de junho de 2017, as cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento trimestral e semestral, referente a índice financeiro da Cemig Consolidado, foram atendidas. A cláusula restritiva com exigibilidade de cumprimento anual foi atendida em 31 de dezembro de 2016. Mais detalhes na nota explicativa nº 18.

b) Administração de Capital

As comparações do passivo líquido da Companhia em relação ao patrimônio líquido são apresentadas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Total do Passivo	11.632.426	11.901.050	11.576.628	11.890.751
Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 6)	(445.758)	(427.827)	(397.143)	(361.252)
Passivo Líquido	11.186.668	11.473.223	11.179.485	11.529.499
Total do Patrimônio Líquido	5.179.894	4.583.194	5.179.894	4.583.194
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	2,16	2,50	2,16	2,52

28. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos a valor justo; após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos e passivos financeiros entre as categorias definidas para instrumentos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** – Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

Consolidado	Saldo em 30/06/2017	Valor justo em 30 de junho de 2018		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	50.595	-	50.595	-
Letras Financeiras – Bancos (LFs)	270.563	-	270.563	-
Letras Financeiras do Tesouro	114.983	114.983	-	-
Debêntures	5.552	-	5.552	-
	441.693	114.983	326.710	-
Empréstimos e Recebíveis				
Ativos de Concessões de Geração (nota 4)	1.005.763	-	-	1.005.763
Bonificação de Outorga (nota 12)	2.293.014	-	2.293.014	-
	3.298.777	-	2.293.014	1.005.763
Passivos				
Valor justo por meio do resultado				
Opções de venda SAAG (1)	(237.775)	-	-	(237.775)
	(237.775)	-	-	(237.775)
	3.502.695	114.983	2.619.724	767.988

(1) A partir do quarto trimestre de 2016, a Companhia passou a utilizar o método Black-Scholes-Merton para mensuração do valor justo da opção. Mais detalhes na Nota Explicativa Nº 13.

	Saldo em 30/06/2017	Valor justo em 30 de junho de 2018		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	33.755	-	33.755	-
Letras Financeiras – Bancos (LFs)	45.223	-	45.223	-
Letras Financeiras do Tesouro	19.219	19.219	-	-
Debêntures	928	-	928	-
	99.125	19.219	79.906	-
Empréstimos e Recebíveis				
Ativos de Concessões de Geração (nota 4)	1.005.763	-	-	1.005.763
	1.005.763	-	-	1.005.763
Passivos				
Valor justo por meio do resultado				
Opções de venda SAAG (1)	(237.775)	-	-	(237.775)
	(237.775)	-	-	(237.775)
	867.113	19.219	79.906	767.988

(1) A partir do quarto trimestre de 2016, a Companhia passou a utilizar o método Black-Scholes-Merton para mensuração do valor justo das opções. Mais detalhes na Nota Explicativa Nº 13.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na Nota Explicativa nº 12 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Opções de venda: as opções de venda de cotas do Fip Melbourne e Fip Malbec (“PUT SAAG”) foram mensurados pelo valor justo mediante a utilização do método Black-Scholes-Merton (BSM). Até o terceiro trimestre de 2016, as opções eram calculadas utilizando-se o método de fluxo de caixa descontado tendo adotado, à partir do quarto trimestre 2016, o método BSM.

A movimentação das opções de venda e outras informações estão demonstradas na Nota Explicativa nº 13 destas Informações Contábeis Intermediárias.

29. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Cemig Geração e Transmissão refletem o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração e transmissão de energia elétrica.

Os segmentos mencionados acima refletem a gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica.

Os custos e despesas operacionais referentes aos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2017 e 2016 estão apresentados nas tabelas a seguir:

CONSOLIDADO	30 de Junho de 2017		
	Geração	Transmissão	Total
ATIVO	14.073.221	2.739.099	16.812.320
INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS EM CONJUNTO	5.359.243	-	5.359.243
ADIÇÕES AO SEGMENTO	196.213	-	196.213
ADIÇÕES AO ATIVO FINANCEIRO	-	156.280	156.280
RECEITA LÍQUIDA	3.220.025	449.145	3.669.170
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.714.863)	-	(1.714.863)
Encargo de Uso do Sist. de Transmissão	(166.222)	166	(166.056)
	(1.881.085)	166	(1.880.919)
CUSTO DE OPERAÇÃO			
Pessoal	(153.095)	(58.470)	(211.565)
Participação dos Empregados	(3.803)	(1.821)	(5.624)
Obrigação Pós Emprego	(28.068)	(12.684)	(40.752)
Material	(4.414)	(1.323)	(5.737)
Matéria – Prima e Insumos para Produção de Energia	(45)	-	(45)
Serviços de Terceiros	(49.927)	(13.863)	(63.790)
Depreciação e Amortização	(86.333)	-	(86.333)
Provisões	(15.380)	(4.426)	(19.806)
Custo de Construção	-	(7.025)	(7.025)
Outras	(65.542)	(3.773)	(69.315)
	(406.607)	(103.385)	(509.992)
CUSTOS E DESPESAS TOTAIS	(2.287.692)	(103.219)	(2.390.911)
Resultado de Equivalência Patrimonial	14.467	-	14.467
Resultado Operac. antes do Resultado Financeiro	946.800	345.926	1.292.726
Receitas Financeiras	81.154	3.605	84.759
Despesas Financeiras	(616.899)	(1.223)	(618.122)
Resultado antes do IR e CSLL	411.055	348.308	759.363
Imposto de Renda e Contribuição Social	(121.820)	(106.991)	(228.811)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	289.235	241.317	530.552

Consolidado	30 de junho de 2016		
	Geração	Transmissão	Total
ATIVO (1)	13.886.675	2.597.569	16.484.244
INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS EM CONJUNTO (1)	5.301.639	-	5.301.639
ADIÇÕES AO SEGMENTO	678.332	-	678.332
ADIÇÕES AO ATIVO FINANCEIRO	1.440.630	31.634	1.472.264
RECEITA LÍQUIDA	2.585.689	761.129	3.346.818
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.468.153)	-	(1.468.153)
Encargo de Uso do Sist. de Transmissão	(147.714)	(161)	(147.875)
	(1.615.867)	(161)	(1.616.028)
CUSTO E DESPESAS DE OPERAÇÃO			
Pessoal	(136.007)	(62.380)	(198.387)
Participação dos Empregados	(12)	(614)	(626)
Obrigação Pós Emprego	(24.528)	(11.047)	(35.575)
Material	(5.056)	(1.962)	(7.018)
Matéria – Prima e Insumos para Prod.de Energia	(27)	-	(27)
Serviços de Terceiros	(55.098)	(14.644)	(69.742)
Depreciação e Amortização	(101.035)	6.952	(94.083)
Provisões	(46.339)	(5.301)	(51.640)
Custo de Construção	-	(31.634)	(31.634)
Outras	(29.148)	(2.970)	(32.118)
	(397.250)	(123.600)	(520.850)
CUSTOS E DESPESAS TOTAIS	(2.013.117)	(123.761)	(2.136.878)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(131.375)	-	(131.375)
Resultado Operac. antes do Resultado Financeiro	441.197	637.368	1.078.565
Receitas Financeiras	80.637	2.174	82.811
Despesas Financeiras	(649.418)	(2.478)	(651.896)
Resultado antes do IR e CSLL	(127.584)	637.064	509.480
Imposto de Renda e Contribuição Social	(169)	(28.385)	(28.554)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(1.007)	(169.276)	(170.283)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(128.760)	439.403	310.643

(1) Os saldos referem-se a 31 de dezembro de 2016.

30. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

No semestre findo em 30 de junho de 2017, a Companhia realizou a seguinte operação não envolvendo caixa, que não está refletida nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa: Transfências para a rubrica de Ativos de Concessão de Geração, referentes à Usinas Jaguará e Miranda, e para Ativos Financeiros da Concessão, referente à Usina Volta Grande, no montante de R\$869.369.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Concessão de Direito de Exclusividade

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de julho de 2017, a Companhia aprovou e orientou o voto favorável de seus representantes na reunião do Conselho de Administração da investida Renova Energia S.A. (“Renova”), também realizada em 17 de julho de 2017, para aprovação da concessão do direito de exclusividade à Brookfield Energia Renovável S.A. incluindo a realização de due diligence e negociação dos documentos finais para um aporte primário na Renova e venda da participação da Light Energia na Renova, conforme proposto em oferta não vinculante. A exclusividade será concedida por um período de 60 dias, contados a partir de 17 de julho de 2017, renovável por mais 30 dias, a critério exclusivo da Renova.

Usinas hidrelétricas São Simão, Miranda, Jaguará e Volta Grande

Em 03 de agosto de 2017, através da Portaria nº 291/17, o Ministério de Minas e Energia – MME estabeleceu os valores de indenização, à Cemig GT, pelos investimentos feitos nas usinas de São Simão e Miranda e não amortizados até o fim do contrato. O valor total da indenização é de R\$1,027 bilhão, sendo R\$ 243,59 milhões destinados à indenização da usina de São Simão e R\$ 784,15 milhões destinados à indenização da usina de Miranda, valores referentes a dezembro de 2015 e fevereiro de 2016, respectivamente.

Os valores serão atualizados, pro rata die, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, até a data de assinatura do Contrato de Concessão pelo vencedor da licitação da concessão das Usinas e pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão até a data do efetivo pagamento da indenização.

Adicionalmente, em que pese a existência de discussões judiciais pendentes conforme mencionado na nota explicativa nº 4, em 08 de agosto de 2017 a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel aprovou o edital do leilão nº 1/2017 de concessão da usinas de Jaguará, São Simão, Volta Grande e Miranda, previsto para ocorrer em setembro de 2017.

Venda de ativos – Complexo Eólico Umburanas pela Renova

A investida Renova está em negociação com a Engie Brasil Energia S.A. para venda do Complexo Eólico Umburanas com capacidade instalada total de 605MW (“Projetos Umburanas”), conforme fato relevante divulgado em 8 de agosto de 2017. Essa negociação não traz nenhum prejuízo às negociações já em curso com a Brookfield Energia Renovável, divulgada pela Renova em Comunicado ao Mercado no dia 4 de julho e Fato Relevante no dia 17 de julho de 2017.

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Cemig Geração e Transmissão S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos

os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Renovação da concessão das usinas hidrelétricas de Jaguará, São Simão, Miranda e Volta Grande

Conforme divulgado na nota 4 às informações contábeis intermediárias, a Companhia está discutindo judicialmente a renovação dos contratos de concessão das usinas hidrelétricas de Jaguará, São Simão e Miranda e administrativamente a da Volta Grande, que tiveram seus vencimentos em agosto de 2013, janeiro de 2015, dezembro de 2016 e fevereiro de 2017, respectivamente. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse tema.

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota 13 às informações contábeis intermediárias, a Companhia possui participação não controladora direta e indireta na Madeira Energia S.A. (que possui investimento na Santo Antônio Energia S.A.), e participação não controladora indireta na Norte Energia S.A. (“investidas”) avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas indiretos das investidas e determinados executivos desses outros acionistas. No momento, não há como determinar os resultados das referidas investigações, e seus respectivos desdobramentos, que podem, eventualmente, trazer consequências futuras às investidas, além das divulgações efetuadas na nota 13. As informações contábeis intermediárias da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desse assunto. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse tema.

Risco de continuidade da investida Renova Energia S.A.

Conforme divulgado na nota 13 às informações contábeis intermediárias, a Companhia possui participação não controladora na Renova Energia S.A. (“Renova”), avaliado pelo método de equivalência patrimonial, cujas condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Renova e de suas controladas. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse tema.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado - DVA, individual e consolidada, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e período anterior

Os valores correspondentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as demonstrações do resultado e do resultado abrangente referente aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2016, e das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados e revisados, respectivamente, por outros auditores independentes que emitiram relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 11 de abril de 2017, e relatório de revisão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 27 de abril de 2017, ambos sem modificação e contendo ênfases relacionadas aos assuntos descritos anteriormente.

Belo Horizonte (MG), 11 de agosto de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/F-6

Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA022650/O-0

DESEMPENHO ECONÔMICO–FINANCEIRO CONSOLIDADO

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

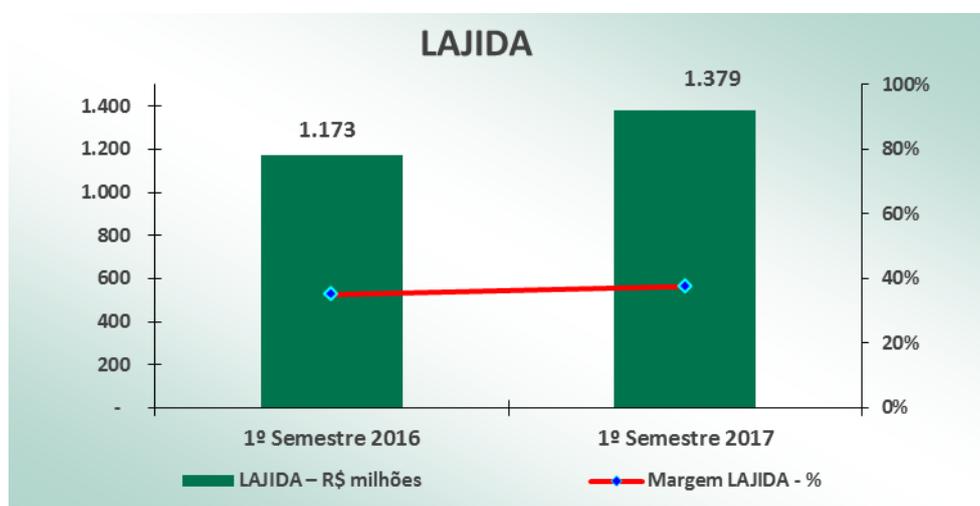
Resultado do Período

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no primeiro semestre de 2017, lucro de R\$530.552, em comparação ao lucro de R\$310.643 no mesmo período de 2016. As principais variações na receita, nos custos e despesas estão apresentadas na sequência deste relatório.

LAJIDA

O LAJIDA da Cemig Geração e Transmissão apresentou crescimento no primeiro semestre de 2017 em comparação com o mesmo período de 2016, conforme pode ser verificado na tabela abaixo:

LAJIDA R\$mil	30/06/2017	30/06/2016	Var%
Resultado do Período	530.552	310.643	70,79
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	228.811	198.837	15,07
+ Resultado Financeiro Líquido	533.363	569.085	-
+ Amortização e Depreciação	86.333	94.083	-
= LAJIDA	1.379.059	1.172.648	17.60



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Informações Contábeis Intermediárias, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O LAJIDA no primeiro semestre de 2017 apresentou um crescimento de 17,60% em comparação ao mesmo período de 2016 em função, principalmente, do crescimento do resultado. Os principais itens que afetaram o resultado estão descritos na sequência destas Informações Contábeis Intermediárias. A margem do LAJIDA passou de 35,04% no primeiro semestre de 2016 para 37,59% no mesmo período de 2017.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	30/06/2017			30/06/2016		
	MWh	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh)	MWh	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh)
Industrial	7.062.196	1.640.636	232,31	7.412.716	1.653.775	223,10
Comercial	1.058.806	268.714	253,79	372.147	97.426	261,79
Rural	3.660	537	146,72	-	-	-
Subtotal	8.124.662	1.909.887	235,07	7.784.863	1.751.201	224,95
Fornec. Não Faturado, Líquido	-	23.571	-	-	68.100	-
	8.124.662	1.933.458	-	7.784.863	1.819.301	-
Suprim. Outras Concessionárias	5.777.612	1.475.050	255,30	5.864.013	1.215.637	207,30
Suprim. Não Faturado Líquido	-	(74.549)	-	-	(206)	-
	13.902.274	3.333.959	-	13.648.876	3.034.732	-

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$3.333.959 no primeiro semestre de 2017 em comparação a R\$3.034.732 no mesmo período de 2016, representando crescimento de 9,86% decorrente, principalmente, do aumento de 1,86% na quantidade de energia comercializada aliado ao aumento do preço médio do MWh faturado.

Receita de Transmissão

A receita de Transmissão da Cemig GT é constituída pela soma das receitas de todos os ativos da transmissão. Assim, os Contratos de Concessão estabeleceram as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos ativos do sistema existente, atualizada anualmente com base na variação do IPCA. A partir de então, todos os reforços e adequações que são implementados por meio de autorização específica da ANEEL constituem uma nova parcela de RAP.

Esta receita foi de R\$241.400 no primeiro semestre de 2017 comparado a R\$192.100 no mesmo período de 2016, representando crescimento de 25,66%. Conforme mencionado, essa variação decorre basicamente do reajuste pela inflação da RAP anual, ocorrida em julho de 2016, acrescida das novas receitas relacionadas aos investimentos autorizados.

Os percentuais e os índices aplicados para o reajuste variam de acordo com as concessões tendo sido de 9,32% (IPCA) para a concessão da Cemig GT e 11,09% (IGPM) para a concessão de Cemig Itajubá.

Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R\$412.075 no primeiro semestre de 2017 comparados a R\$51.853 no mesmo período de 2016. Esta variação decorre, principalmente, dos eventos descritos abaixo:

- Aumento de 374,74% do valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD (R\$230,39/MWh em 30 de junho de 2017 e R\$48,53/MWh em 30 de junho de 2016);
- Aumento da quantidade de energia disponível para liquidação no mercado atacadista em 2017.

Receita de Indenização de Transmissão

A receita de indenização da transmissão foi de R\$269.855 no primeiro semestre de 2017 comparado ao valor de R\$592.469 no mesmo período de 2016. No exercício anterior, em função da definição pelo Ministério das Minas e Energia dos critérios de atualização da indenização de transmissão, foi registrado, de forma retroativa a 2013, o valor da atualização da indenização a receber com base no custo do capital próprio regulatório, o que impactou de forma relevante a receita registrada.

Merece destaque o valor registrado em 2017, no valor de R\$149.255, referente a diferença retroativa de ativos da concessão de transmissão cujos valores não foram incluídos na base de cálculo das receitas nas revisões tarifárias anteriores. Maiores informações na nota explicativa nº 12 – Ativos Financeiros da Concessão.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$762.977 no primeiro semestre de 2017 e R\$718.453 no mesmo período de 2016, apresentando crescimento de 6,20%. Os impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento, como ICMS e PASEP/COFINS. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na Receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$2.390.911 no primeiro semestre de 2017 em comparação com R\$2.136.878 no mesmo período de 2016, representando crescimento de 11,89%.

Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na Nota Explicativa nº 24 das Informações Contábeis Intermediárias.

As principais variações nos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$1.714.863 no primeiro semestre de 2017 comparados a R\$1.468.153 no mesmo período de 2016, representando um aumento de 16,80%. Esta variação decorre, principalmente, aumento de 11,93% no preço médio do MWh (R\$174,23 no primeiro semestre de 2017 e R\$155,66 no mesmo período de 2016) aliado ao aumento de 3,78% no volume de energia comprada no primeiro semestre de 2017 (9.788.040 MWh) comparado ao mesmo período de 2016 (9.431.904 MWh).

Despesa com Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$211.565 no primeiro semestre de 2017, comparados a R\$198.387 no mesmo período de 2016, representando um crescimento de 6,64%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- Reajuste salarial de 8,50% a partir de novembro de 2016, em função de Acordo Coletivo;
- Reconhecimento, em 2017, de despesa com o programa de desligamento voluntário de pessoal, no montante de R\$37.616.

Em contrapartida aos itens mencionados acima, ocorreu uma redução de 8,06% no número médio de empregados, sendo 1.539 empregados médios no 1º semestre de 2017 em comparação a 1.674 empregados médios no 1º semestre de 2016.

Custo de Construção

O custo de construção apresentou redução de 77,79%, R\$7.025 no primeiro semestre de 2017 em comparação a R\$31.634 no mesmo período de 2016. Este custo é integralmente compensado pela receita de construção, não tendo efeito sobre o resultado apurado.

Vide Nota Explicativa nº 24 das Informações Contábeis Intermediárias.

Provisões Operacionais

As provisões operacionais representaram uma despesa de R\$61.407 no primeiro semestre de 2017 comparados a R\$51.640 no mesmo período de 2016, crescimento de 18,91%. Esta variação decorre, basicamente, da constituição da provisão para perdas nas opções de venda da SAESA – Santo Antônio Energia S/A. que, no primeiro semestre de 2017 representou um montante de R\$41.602 em comparação ao valor de R\$26.011 no mesmo período de 2017.

Demais itens de custos e despesas operacionais

Os demais itens de custos e despesas operacionais somaram, em conjunto, o valor de R\$396.051 no primeiro semestre de 2017 comparado ao valor de R\$387.064 no mesmo período de 2016, representando aumento de 2,32%.

Resultado de equivalência patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial em investidas representou um lucro de R\$14.467 no período de janeiro a junho de 2017 em comparação ao prejuízo de R\$131.375 no mesmo período de 2016. Essa variação decorre principalmente do prejuízo de R\$183.237 verificado em 2016 na participação na Renova Energia em função, basicamente, de perda em investimento na Terraform e baixa parcial de opção de venda com a SunEdison, conforme descrito em mais detalhes na nota explicativa nº 13.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$533.363 no primeiro semestre de 2017 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$569.085 no mesmo período de 2016, uma redução de 6,28%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- Rendas de Antecipação de Pagamento no valor de R\$27.759 no primeiro semestre de 2017 comparado a R\$9.357 no mesmo período de 2016. Esta variação decorre do maior volume de operações de antecipação de pagamento a fornecedores realizadas em 2017;
- Variação monetária – Obrigações com a CCEE: Com a suspensão dos efeitos da liminar que tinha por objetivo evitar a exposição em decorrência do ajuste do MRE, provocada pelo GSF menor que 1, em dezembro de 2015 houve a devolução da receita adicional recebida no período de maio a novembro de 2015. Em janeiro de 2016 a CCEE contabilizou a variação monetária correspondente ao período em que os recursos ficaram à disposição da Companhia o que levou ao reconhecimento de despesa financeira no montante de R\$13.844 no primeiro semestre de 2016;
- Variação monetária – Empréstimos e Financiamentos: R\$23.894 no primeiro semestre de 2017 comparados a R\$57.740 no mesmo período de 2016, redução de 58,62% em função, principalmente, da redução na variação do IPCA, indexador da dívida, que foi de 1,18% no primeiro semestre de 2017 na comparação à variação de 4,42% no primeiro semestre de 2016;
- Variações Monetárias de Venda Antecipada de Energia – no primeiro semestre de 2017 a Companhia registrou despesa no valor de R\$24.680 referente aos contratos de antecipação de venda de energia firmados a partir de dezembro de 2016.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 25 das Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou, no primeiro semestre de 2017, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$228.811 em relação ao resultado de R\$759.363 antes dos efeitos fiscais.

A Companhia apurou, no primeiro semestre de 2016, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$198.837 em relação ao resultado negativo de R\$509.480 antes dos efeitos fiscais.

As taxas efetivas dos impostos estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 10b das Informações Contábeis Intermediárias.

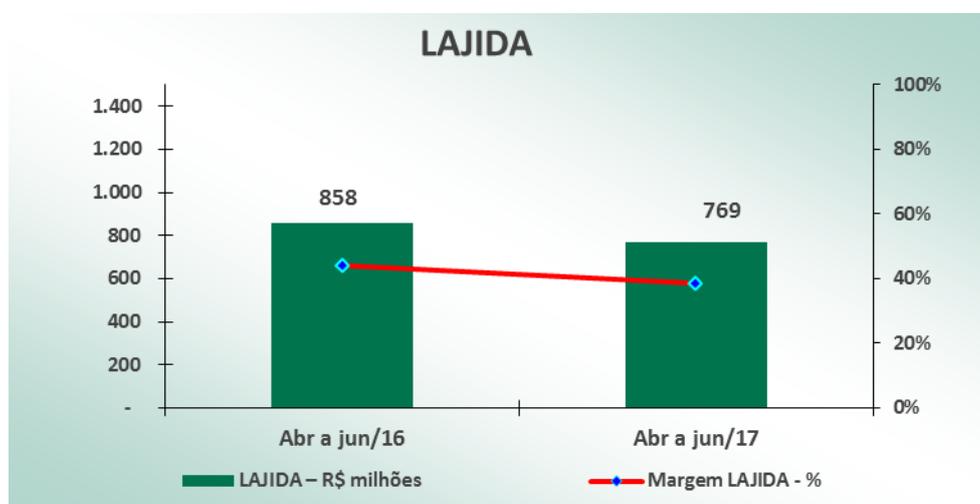
Resultado do Trimestre

A Companhia apresentou, no segundo trimestre de 2017, lucro de R\$345.562, em comparação ao lucro de R\$371.940 no mesmo período de 2016. As principais variações na receita, nos custos e despesas estão apresentadas na sequência deste relatório.

LAJIDA

O LAJIDA da Cemig Geração e Transmissão apresentou redução no segundo trimestre de 2017 em comparação como mesmo período de 2016, conforme pode ser verificado na tabela abaixo:

LAJIDA R\$mil	Abr a jun/17	Abr a jun/16
Resultado do Período	345.562	371.940
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	140.582	159.813
+ Resultado Financeiro Líquido	238.049	279.216
+ Amortização e Depreciação	45.159	47.124
= LAJIDA	769.352	858.093



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O LAJIDA no segundo trimestre de 2017 apresentou uma redução de 10,34% em comparação ao mesmo período de 2016. Mais detalhes sobre os eventos que impactaram o resultado estão descritos na sequência destas Informações Contábeis Intermediárias. A margem do LAJIDA passou de 44,10% no segundo trimestre de 2016 para 38,56% no segundo trimestre de 2017.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	Abr a Jun 2017			Abr a Jun 2016		
	MWh (*)	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh)	MWh (*)	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh)
Industrial	3.628.119	850.468	234,41	3.602.752	823.050	228,45
Comercial	563.620	145.050	257,35	207.548	55.979	269,72
Rural	3.660	537	146,72	-	-	-
Subtotal	4.195.399	996.055	237,42	3.810.300	879.029	230,70
Fornec. Não Faturado, Líquido	-	7.334	-	-	(4.300)	-
	4.195.399	1.003.389	-	3.810.300	874.729	-
Suprim. Outras Concessionárias (**)	2.866.338	759.223	264,88	3.136.067	680.299	216,93
Suprim. não Faturado Líquido	-	957	-	-	(56.498)	-
	7.061.737	1.763.569	-	6.946.367	1.498.530	-

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$1.763.569 no segundo trimestre de 2017 em comparação a R\$1.498.530 no mesmo período de 2016, representando crescimento de 17,69% decorrente, principalmente, do aumento de 2,91% e 22,91% preço médio/MWh faturado para consumidores finais e suprimentos a outras concessionárias, respectivamente.

Receita de Transmissão

A receita de Transmissão da Cemig GT é constituída pela soma das receitas de todos os ativos da transmissão. Assim, os Contratos de Concessão estabeleceram as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos ativos do sistema existente, atualizada anualmente com base na variação do IPCA. A partir de então, todos os reforços e adequações que são implementados por meio de autorização específica da ANEEL constituem uma nova parcela de RAP.

Esta receita foi de R\$114.340 no segundo trimestre de 2017 comparado a R\$97.617 no mesmo período de 2016, representando crescimento de 17,13%. Conforme mencionado, essa variação decorre basicamente do reajuste pela inflação da RAP anual, ocorrida em julho de 2016, acrescida das novas receitas relacionadas aos investimentos autorizados.

Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R\$192.062 no segundo trimestre de 2017 comparados a R\$47.553 no mesmo período de 2016, crescimento de 303,89%. Esta variação decorre, principalmente, do aumento de 387,01% verificado no valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD (R\$303,75/MWh no segundo trimestre de 2017 e R\$62,37/MWh no mesmo período de 2016);

Receita de Indenização de Transmissão

A receita de indenização da transmissão foi de R\$204.025 no segundo trimestre de 2017 comparado ao valor de R\$561.225 no mesmo período de 2016.

No 2º trimestre do exercício anterior, em função da definição pelo Ministério das Minas e Energia dos critérios de atualização da indenização de transmissão, foi registrado, de forma retroativa a 2013, o valor da atualização da indenização a receber com base no custo do capital próprio regulatório, o que impactou de forma relevante a receita registrada.

Merece destaque o valor registrado no segundo trimestre de 2017, no montante de R\$149.255, referente a diferença retroativa de ativos da concessão de transmissão cujos valores não foram incluídos na base de cálculo das receitas nas revisões tarifárias anteriores. Maiores informações na nota explicativa nº 12 – Ativos Financeiros da Concessão.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$361.348 no segundo trimestre de 2017 e R\$359.384 no mesmo período de 2016, crescimento de 0,55%. Os impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento, como ICMS e PASEP/COFINS. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na Receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$1.310.385 no segundo trimestre de 2017 em comparação a R\$1.153.586 no mesmo período de 2016, representando crescimento de 13,59%.

Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na Nota Explicativa nº 24 das Informações Contábeis Intermediárias.

As principais variações nos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$980.581 no segundo trimestre de 2017 comparados a R\$807.835 no mesmo período de 2016, representando um aumento de 21,38%. Esta variação decorre, principalmente, do aumento de 11,12% no preço médio do MWh (R\$182,41 em 2017 e R\$164,15 em 2016) aliado ao aumento de 9,00% no volume de energia comprada em 2017 (5.364.064 MWh) comparado com 2016 (4.921.224 MWh).

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$120.220 no segundo trimestre de 2017 comparada a R\$100.925 no mesmo período de 2016, representando um aumento de 19,12%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- Reajuste salarial de 8,50% a partir de novembro de 2016, em função de Acordo Coletivo;
- Reconhecimento, em 2017, de despesa com o programa de desligamento voluntário de pessoal, no montante de R\$37.616.

Em contrapartida aos itens mencionados acima, ocorreu uma redução de 10,72% no número médio de empregados, sendo 1.491 empregados médios no 1º semestre de 2017 em comparação a 1.670 empregados médios no 1º semestre de 2016.

Custo de Construção

O custo de construção apresentou redução de 83,54%, R\$4.105 no segundo trimestre de 2017 em comparação a R\$24.946 no mesmo período de 2016. Este custo é integralmente compensado pela receita de construção, não tendo efeito sobre o resultado apurado.

Vide Nota Explicativa nº 24 das Informações Contábeis Intermediárias.

Provisões Operacionais

As provisões operacionais representaram uma despesa de R\$5.840 no segundo trimestre de 2017 comparados a R\$29.801 no mesmo período de 2016, uma redução de 80,40%. Esta variação decorre, basicamente, da constituição da provisão para perdas nas opções de venda da SAESA – Santo Antônio Energia S/A. que, no segundo trimestre de 2016 representou um montante de R\$16.520 em comparação ao valor de R\$5.334 no segundo trimestre de 2017.

Demais itens de custos e despesas operacionais

Os demais itens de custos e despesas operacionais somaram, em conjunto, o valor de R\$199.639 no segundo trimestre de 2017 comparado ao valor de R\$190.079 no mesmo período de 2016, representando crescimento de 5,03%.

Resultado de equivalência patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial em investidas representou receita de R\$39.691 no período de abril a junho de 2017 na comparação à receita de R\$18.799 no mesmo período de 2016. Essa variação decorre, principalmente, dos efeitos das participações na Madeira Energia, Renova e Guanhães Energia cujo resultado de equivalência patrimonial, no segundo trimestre de 2016, representou um prejuízo de R\$71.359 em comparação ao prejuízo nas mesmas participações citadas de R\$26.129 no segundo trimestre de 2017.

Mais detalhes na nota explicativa nº 13.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$238.049 no segundo trimestre de 2017 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$279.216 no mesmo período de 2016, redução de 14,74%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- Rendas de Antecipação de Pagamento no valor de R\$13.069 no segundo trimestre de 2017 comparado ao valor de R\$4.044 no mesmo período de 2016. Esta variação decorre do maior volume de operações de antecipação de pagamento a fornecedores em 2017;
- Redução dos encargos de empréstimos e financiamentos: R\$246.390 no segundo trimestre de 2017 comparados a R\$277.360 no mesmo período de 2016, redução de 11,17% decorrente, principalmente, da menor variação do CDI (2,55% em 2017 e 3,31% em 2016);
- Redução da variação monetária de empréstimos e financiamentos: R\$8.556 no segundo trimestre de 2017 comparados a R\$21.545 no mesmo período de 2016. Essa variação decorre, principalmente, da menor variação do IPCA (0,22% no segundo trimestre de 2017 e 1,75% no mesmo período de 2016);
- Variações Monetárias de Venda Antecipada de Energia – no segundo trimestre de 2017 a Companhia registrou despesa no valor de R\$12.119 referente à atualização dos valores dos contratos de antecipação de venda de energia, firmados a partir de dezembro de 2016.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 25 das Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou, no segundo trimestre de 2017, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$140.582 em relação ao resultado de R\$486.144 milhões antes dos efeitos fiscais.

A Companhia apurou, no segundo trimestre de 2016, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$159.813 em relação ao resultado de R\$531.753 milhões antes dos efeitos fiscais.

As taxas efetivas dos impostos estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 10 das Informações Contábeis Intermediárias.

(Original assinado pelos signatários abaixo)

**Bernardo Afonso Salomão de
Alvarenga**
Diretor-Presidente

Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga
Diretor Vice-Presidente, interina e
cumulativamente

Adézio de Almeida Lima
Diretor de Finanças e Relações com
Investidores

José de Araújo Lins Neto
Diretor de Gestão Empresarial

Dimas Costa
Diretor Comercial

César Vaz de Melo Fernandes
Diretor de Desenvolvimento de
Negócios

Adézio de Almeida Lima
Diretor de Relações Institucionais e
Comunicação, interina e
cumulativamente

Luciano de Araújo Ferraz
Diretor Jurídico

Ronaldo Gomes de Abreu
Diretor

Franklin Moreira Gonçalves
Diretor de Geração e Transmissão

Maura Galuppo Botelho Martins
Diretora de Relações e Recursos
Humanos

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140

Leonardo Felipe Mesquita
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG 85.260